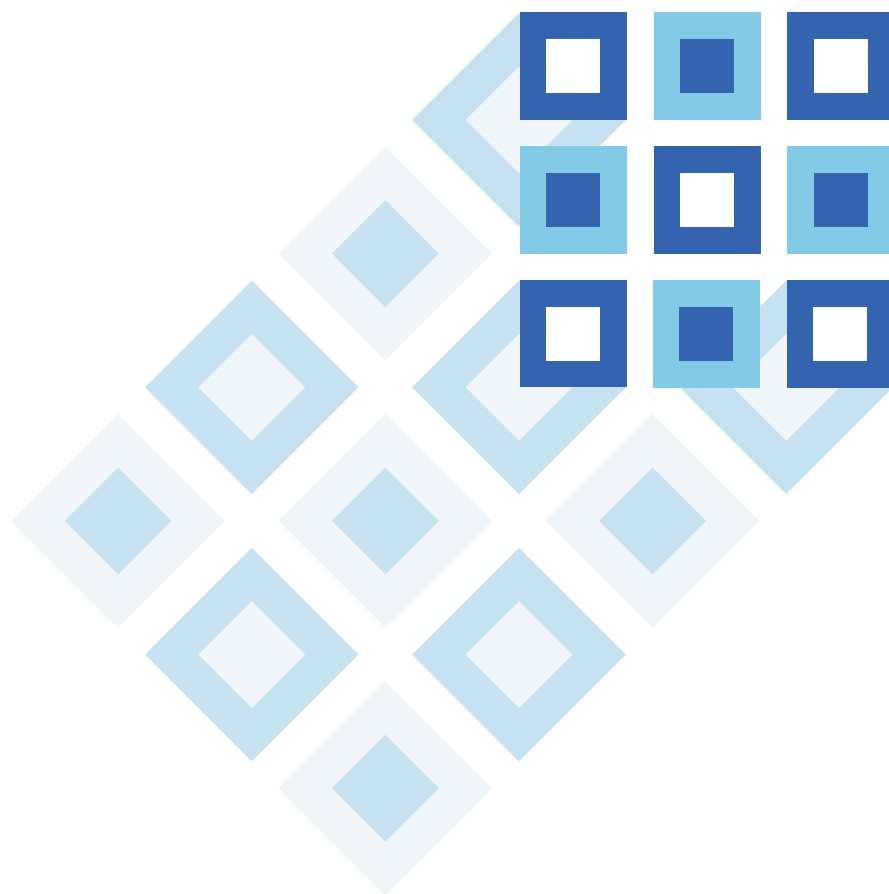


MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

# CARTA SOCIAL

*REDE DE SERVIÇOS  
E EQUIPAMENTOS*

**RELATÓRIO 2004**



DIRECÇÃO-GERAL DE ESTUDOS, ESTATÍSTICA E PLANEAMENTO

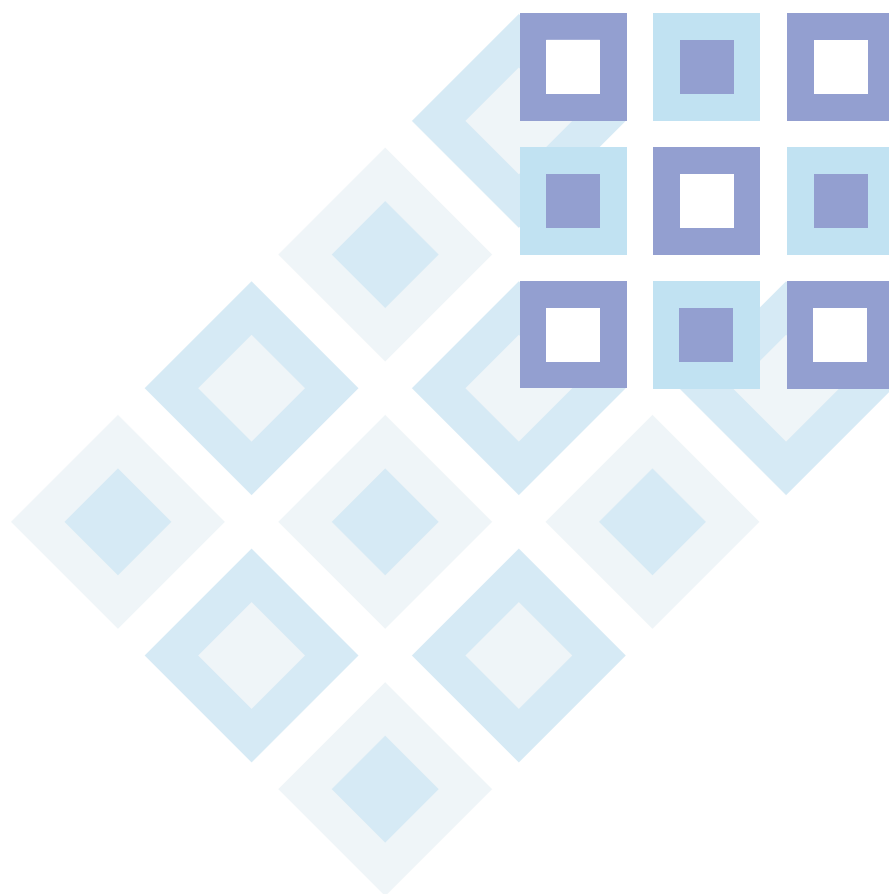
PUBLICAÇÃO CO-FINANCIADA PELO FUNDO SOCIAL EUROPEU

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

# CARTA SOCIAL

*REDE DE SERVIÇOS  
E EQUIPAMENTOS*

**RELATÓRIO 2004**



DIRECÇÃO-GERAL DE ESTUDOS, ESTATÍSTICA E PLANEAMENTO

**Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social**  
**Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento (DGEEP) / MTSS**

**CARTA SOCIAL – REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS**

**Relatório 2004**

Coordenação de DGEEP/MTSS

Outras Edições

Plano Nacional de Emprego 1999 (versão PT e EN)

Plano Nacional de Emprego 2000 (versão PT e EN)

Plano Nacional de Emprego 2001 (versão PT e EN)

Plano Nacional de Emprego 2002 (versão PT e EN)

Plano Nacional de Emprego 2003 (versão PT e EN)

Plano Nacional de Emprego 2004 (versão PT e EN)

Carta Social – Equipamentos Sociais no Âmbito do MTS (disquete)

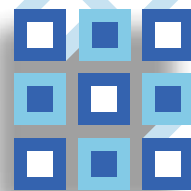
Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos, Relatório 2000 (CD-Rom)

Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos, Relatório 2001

Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos, Relatório 2002

Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos, Relatório 2003

Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos, Relatório 2004



## Resumo

A Carta Social consubstancia-se numa base de dados que comportando diversos ficheiros temáticos relacionáveis entre si, pretende integrar a informação mais relevante da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais com uma referência geográfica ao nível das freguesias do Continente.

Por outro lado, a Carta Social através da identificação da oferta existente de serviços e equipamentos sociais no Continente, procura ser um instrumento flexível e constitui um contributo nos domínios do planeamento, da investigação, do apoio à tomada de decisão, assim como para o conhecimento e informação ao cidadão.

A actualização da informação assenta num processo dinâmico, consistindo na recolha e lançamento dos dados por parte dos Centros Distritais de Segurança Social, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e da Casa Pia de Lisboa nas áreas da sua intervenção, de forma a obterem-se os elementos actualizados em tempo real.

A Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento pretende com a apresentação deste relatório dar a conhecer o comportamento evolutivo dos aspectos mais importantes da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais, elaborado numa perspectiva de apreciação global, embora sempre que possível se apresentem elementos desagregados ao nível do distrito e concelho, por referência a 31 de Dezembro de 2004.

## Abstract

The Social Charter is materialized in a database that, on including different interlinked thematic files, tries to incorporate the most relevant information from the social facilities network with a geographical reference at the Mainland's parishes level.

On the other hand, by identifying the facilities available in the Mainland the Social Charter tries to be a flexible instrument and a contribution in the fields of planning, research and support to the decision-making, as well as in what refers to the information to the citizens.

The data updating is based on a dynamic process that consists in the collecting and registering of data by the Social Security Centres of each District, the "Santa Casa da Misericórdia" and the "Casa Pia de Lisboa" in the areas of their intervention.

The Directorate-General for Studies, Statistics and Planning intends to publicize the development of the most important aspects of the Social Facilities Network by presenting this report that was prepared in a global evaluation perspective although presenting, whenever possible, disaggregated data at district and municipality level, by December 31, 2004.

© Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento (DGEEP)  
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS), 2005

**CARTA SOCIAL – REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS 2004**  
**Coordenação de DGEEP/MTSS**

Primeira edição: Fevereiro 2006

Tiragem: **500**

ISBN: 972-704-273-2

Depósito legal: 212 014/04

**Coordenação Editorial e de Distribuição:**

Centro de Informação e Documentação (DGEEP-CID)

Praça de Londres, 2, 2.º

1049-056 Lisboa

Tel.: (+351) 218 441 100

Fax: (+351) 218 406 171

E-mail: [dgeep.cid@dgeep.mtss.gov.pt](mailto:dgeep.cid@dgeep.mtss.gov.pt)

Página: [www.dgeep.mtss.gov.pt](http://www.dgeep.mtss.gov.pt)

**Execução gráfica:** Editorial do Ministério da Educação

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,  
de acordo com a legislação em vigor, por DGEEP/MTSS

Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento (DGEEP)

Rua Castilho, 24, 2.º, 1250-069 Lisboa

Tel.: (+351) 213 114 900

Fax: (+351) 213 114 949

Página: [www.dgeep.mtss.gov.pt](http://www.dgeep.mtss.gov.pt)

**Coordenador do Trabalho:** João Gonçalves

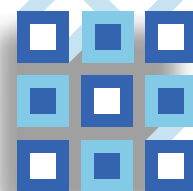
**Equipa Técnica:** Irene Miralto e José Miguel Nogueira

**Apoio Informático:** Ana Gil, Nuno Dunhão, Vítor Marques e Paula Espadinha

**Colaboração:** ISS – Instituto de Segurança Social (MTSS)

SCML – Santa Casa de Misericórdia de Lisboa (MTSS)

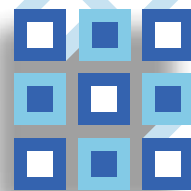
CPL – Casa Pia de Lisboa (MTSS)



## ÍNDICE

<b>1. Nota introdutória</b> .....	7
<b>2. Caracterização geral da Rede de Serviços e Equipamentos</b> ....	9
2.1 – Entidades Proprietárias .....	9
2.2 – Equipamentos Sociais .....	10
2.3 – Respostas Sociais .....	13
<b>3. Respostas sociais por áreas de intervenção</b> .....	15
3.1 – Infância e Juventude .....	15
3.2 – Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência .....	21
3.3 – População Idosa .....	23
3.4 – Família e Comunidade .....	26
3.5 – Toxicodependência .....	28
3.6 – Pessoas infectadas pelo VIH/Sida e suas Famílias .....	30
3.7 – Outras áreas de intervenção .....	32
<b>4. Despesas de investimento e de funcionamento em serviços e equipamentos sociais: o esforço público</b> .....	35
4.1 – Investimentos .....	35
4.2 – Despesas de funcionamento .....	37
4.3 – Despesas com investimento e funcionamento da rede de Serviços e Equipamentos .....	39
<b>Anexos</b> .....	41
Nomenclaturas e Conceitos .....	42





## 1. Nota introdutória<sup>1</sup>

A “Carta Social” enquanto repositório de informação de carácter social, pretende ser um instrumento de extrema importância no domínio da investigação social, da preparação da tomada de decisão aos diferentes níveis, de apoio à cooperação institucional e, muito em particular, de informação ao cidadão.

A “Carta Social” consubstancia-se numa Base de Dados que comporta diversos ficheiros temáticos com a informação mais relevante da Rede de Serviços e Equipamentos, relacionáveis entre si e com referência geográfica ao nível da freguesia.

A actualização desta informação é efectuada através de um processo dinâmico (on-line), consistindo na recolha e lançamento dos dados por parte dos Centros Distritais de Segurança Social, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e da Casa Pia de Lisboa, de forma a obterem-se os elementos actualizados em tempo real.

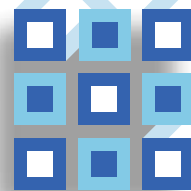
O relatório que se apresenta, assenta numa análise agregada ao nível do Continente, embora, sempre que pareceu útil, tenha sido ilustrado com elementos desagregados ao nível do distrito e concelho, pretendendo dar a conhecer o comportamento evolutivo da Rede de Serviços e Equipamentos, tendo por referência a situação em 31 de Dezembro de 2004.

---

<sup>1</sup> No desenvolvimento deste Relatório, foram utilizados indiscriminadamente os termos “valência” e “resposta social”.







## 2. Caracterização geral da Rede de Serviços e Equipamentos

A caracterização geral que se apresenta tem por base as entidades proprietárias dos equipamentos, os próprios equipamentos segundo a natureza jurídica e ainda as respostas sociais por área de intervenção.

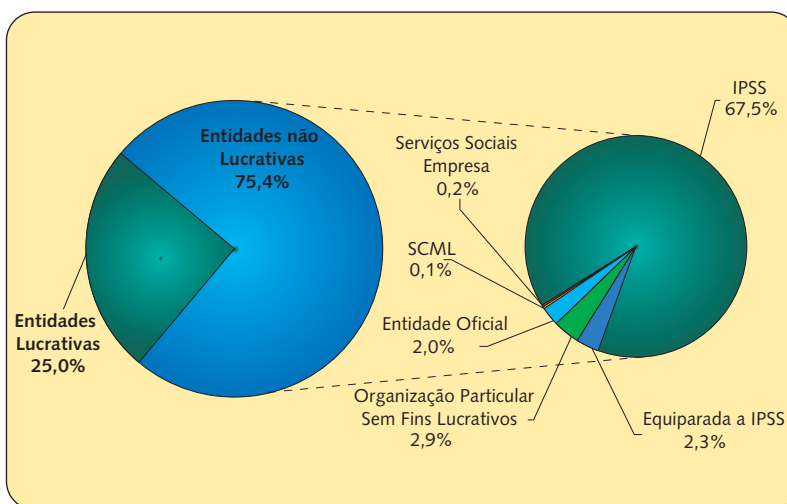
### 2.1 – Entidades Proprietárias

No âmbito deste relatório entende-se por entidade proprietária, qualquer entidade, individual ou colectiva, detentora ou gestora de equipamentos onde se desenvolvem respostas sociais.

#### Entidades lucrativas e não lucrativas – situação em 2004

As entidades proprietárias ou gestoras foram classificadas segundo a sua natureza jurídica em entidades lucrativas e entidades não lucrativas. Estas últimas entidades compreendem: Instituições Particulares de Solidariedade Social, vulgarmente designadas por IPSS (Associações e Fundações de Solidariedade Social, Centros Sociais e Paroquiais, Irmandades das Misericórdias e Associações Mutualistas); Entidades Equiparadas a IPSS (Cooperativas de Solidariedade Social, Casas do Povo abrangidas pelos Despachos 13799/99 e 17749/99 e a Cruz Vermelha Portuguesa); Organizações Particulares sem Fins Lucrativos (Fundações, Associações, Casas do Povo e Sindicatos); Entidades Públicas a nível central e local (ISS, Autarquias Locais, Casa Pia de Lisboa e Instituições dependentes de outros Ministérios); Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e Serviços Sociais de Empresas.

Distribuição das entidades proprietárias, segundo a natureza jurídica  
Continente – 2004



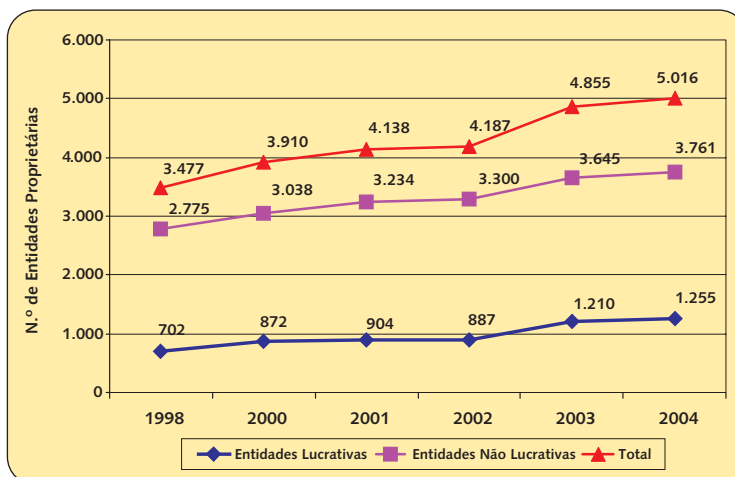
Em 31 de Dezembro de 2004 foram identificadas 5.016 entidades proprietárias de equipamentos sociais, tendo-se registado um crescimento de 3,3% em relação ao ano anterior, resultante do aumento do número de entidades lucrativas e não lucrativas.

## Entidades lucrativas e não lucrativas, evolução 1998-2004

Em termos de análise constatase que o número de entidades proprietárias de equipamentos sociais tem vindo a crescer de uma forma contínua e significativa ao longo do período de referência.

De 1998 a 2004 o crescimento global foi de 44,3%, correspondendo a uma taxa de 78,8% para as entidades lucrativas e 35,5% para as entidades não lucrativas.

Evolução do número de Entidades Proprietárias, segundo a Natureza Jurídica Continente 1998-2004

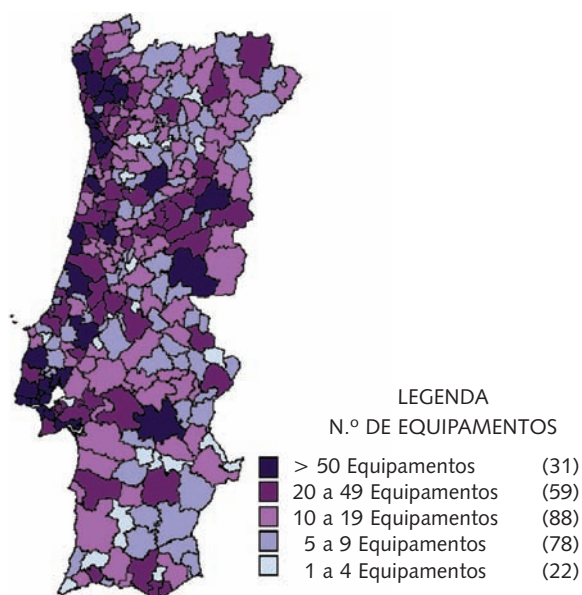


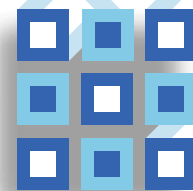
## 2.2 – Equipamentos Sociais

No âmbito deste projecto considera-se equipamento social toda a estrutura física onde se desenvolvem as diferentes respostas sociais ou estão instalados os serviços de enquadramento a determinadas respostas que se desenvolvem directamente junto dos utentes como, por exemplo, as amas e as creches familiares, as equipas de apoio social directo para toxicodependentes, ou o apoio domiciliário para pessoas com deficiência, pessoas infectadas com VIH/Sida e idosos.

Todos os concelhos estão cobertos por equipamentos sociais. Apenas 8% detêm até 5 equipamentos, enquanto 11,2% contam com mais de 50 equipamentos, situação idêntica à observada em anos anteriores.

Distribuição espacial dos equipamentos sociais por concelho Ano de 2004

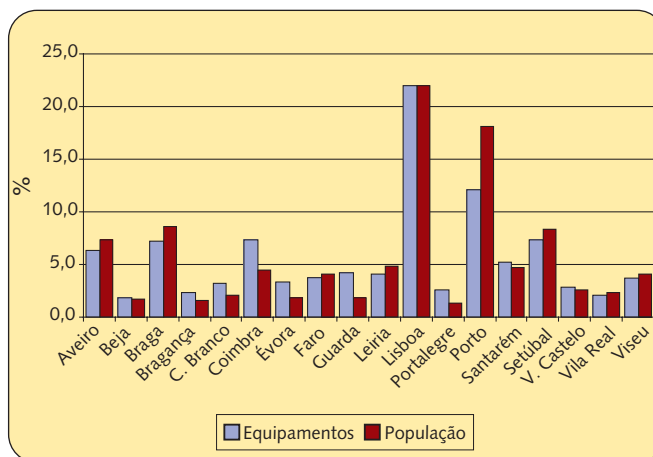




De um modo geral, a concentração de equipamentos sociais tem acompanhado o padrão de distribuição da população no território continental, verificando-se uma grande densidade nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, bem como em toda a faixa litoral a norte da península de Setúbal, tal como nos concelhos que correspondem a sede de distrito.

Comparando a distribuição percentual da população e dos equipamentos sociais em funcionamento por distrito, observa-se que, à excepção de Coimbra e do Porto, existe, de uma maneira geral, uma correspondência em termos percentuais.

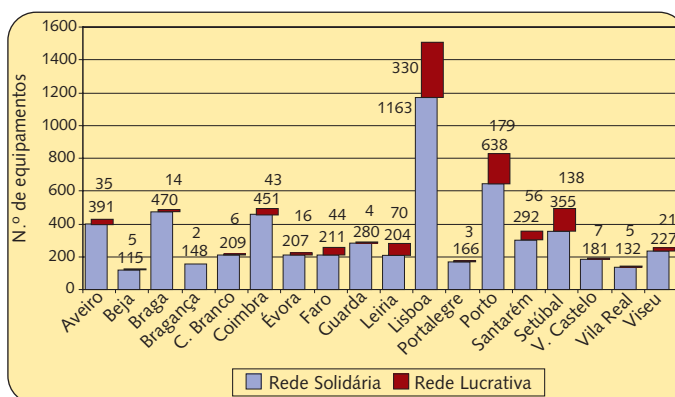
**Distribuição percentual dos Equipamentos Sociais e da População Residente por distrito Continente 2004**



### Equipamentos lucrativos e não lucrativos – situação em 2004

Do total de equipamentos instalados por distrito, Setúbal apresenta a maior percentagem de equipamentos lucrativos em funcionamento (28%). Leiria (25,5%) e Lisboa (22,1%) são também distritos onde o peso dos equipamentos lucrativos é mais visível. Por outro lado, nos distritos de Braga, Bragança, Castelo Branco, Guarda e Portalegre só existem praticamente equipamentos afectos à rede solidária.

**Número de Equipamentos segundo a Natureza Jurídica da Entidade Proprietária, por distrito Continente 2004**



### Equipamentos lucrativos e não lucrativos, evolução 1998-2004

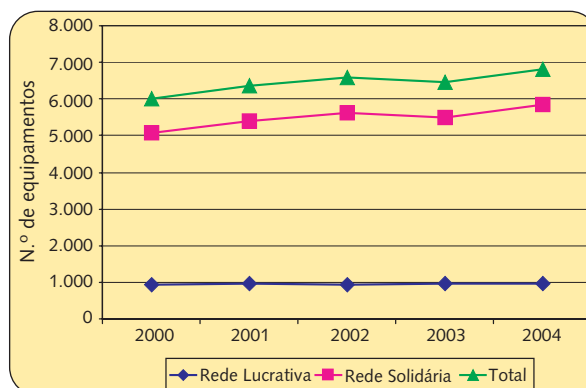
À semelhança do observado com as entidades proprietárias, o número de equipamentos sociais em funcionamento no Continente aumentou significativamente de 1998 para 2004 (31,1%), o que corresponde a mais 1.618 equipamentos sociais. Cerca de 86% desses equipamentos pertencem à rede solidária.

A rede solidária continua a ser a grande responsável pelo crescimento do número total de equipamentos. De um modo geral, verifica-se que a rede de equipamentos sociais tem crescido a um ritmo superior a 300 equipamentos por ano.

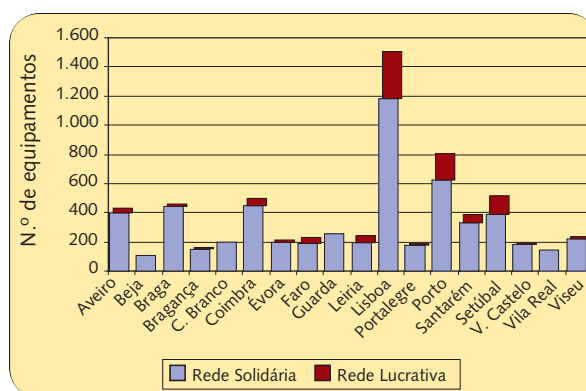
Em 2003 registou-se uma ligeira quebra no número de equipamentos, justificando-se este facto, essencialmente, pelo esforço de afinação e optimização da base de dados da Carta Social.

Em média, por cada seis equipamentos da rede solidária corresponde um da rede lucrativa, valor que se tem mantido constante ao longo dos anos.

**Evolução do número de equipamentos instalados, segundo a natureza jurídica Continente 1998-2004**



**Equipamentos das redes solidária e lucrativa por distrito Continente 2004**



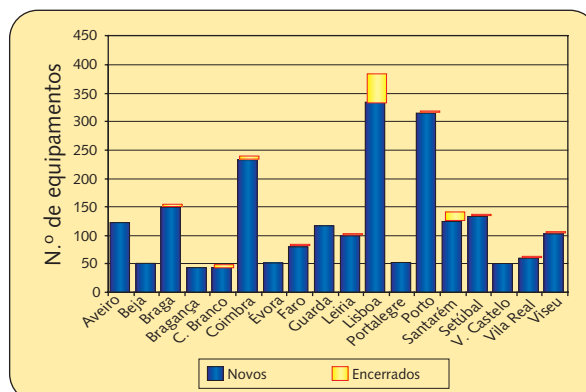
### Equipamentos novos e encerrados em 2004

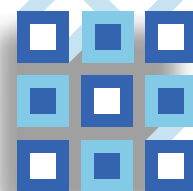
No ano de 2004, o saldo entre equipamentos novos e encerrados é francamente positivo, conforme se demonstra no gráfico correspondente.

Os distritos mais dinâmicos em relação à instalação de novos equipamentos continuaram a ser Aveiro, Braga, Coimbra, Guarda, Lisboa, Porto, Santarém e Setúbal, que foram responsáveis pela criação de cerca de 75% dos equipamentos.

Relativamente ao encerramento de equipamentos destacam-se apenas os distritos Lisboa e Santarém responsáveis por 68% destas situações.

**Equipamentos criados e encerrados por distrito Continente 2004**





## 2.3 – Respostas Sociais

### Distribuição espacial das respostas sociais, segundo as áreas de intervenção – situação em 2004

A distribuição espacial das respostas sociais não é uniforme por todo o território continental, acompanhando geralmente a densidade populacional de cada área geográfica.

A maior concentração de valências ocorre nas zonas litoral norte e centro, estendendo-se até à península de Setúbal.

As respostas para as crianças e jovens apresentam uma concentração na área envolvente dos grandes núcleos urbanos, com especial relevo para as capitais de distrito, enquanto que as dirigidas à População Idosa, encontram-se disseminadas pelo território

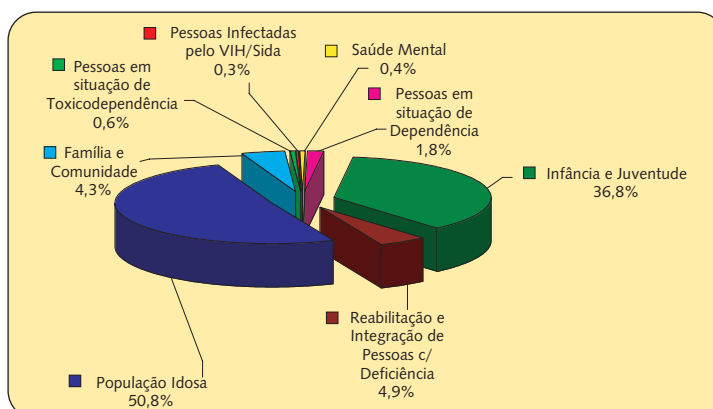
Distribuição espacial das respostas sociais segundo as áreas de intervenção  
Ano de 2004



### Respostas sociais por áreas de intervenção – situação em 2004

À semelhança do verificado em anos anteriores, também em 2004, cerca de metade da totalidade das respostas sociais (50,8%), elegem como público-alvo a População Idosa, dirigindo-se 36,8% à Infância e Juventude, facto que por si só reflecte o significativo peso destas áreas no investimento social.

Distribuição das Respostas Sociais segundo as Áreas de Intervenção  
Continente 2004

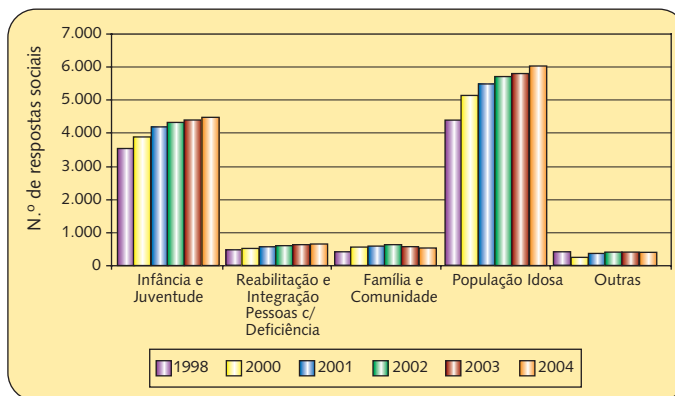


## Respostas sociais por áreas de intervenção – evolução 1998-2004

A oferta de respostas sociais aumentou ao longo dos últimos anos para a generalidade das áreas de intervenção. Em 2004, relativamente a 1998, esse crescimento traduziu-se em 31,1%, correspondendo a mais 2.800, totalizando assim a existência de 11.800 respostas em funcionamento.

No período de referência (1998-2004) as áreas de intervenção com maior ritmo de crescimento foram as dirigidas à População Idosa (40,6%), à Família e Comunidade (30,4%), à Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência (25,3%) e à Infância e Juventude (24,8%).

Evolução das Respostas Sociais por Áreas de Intervenção Continente 1998-2004

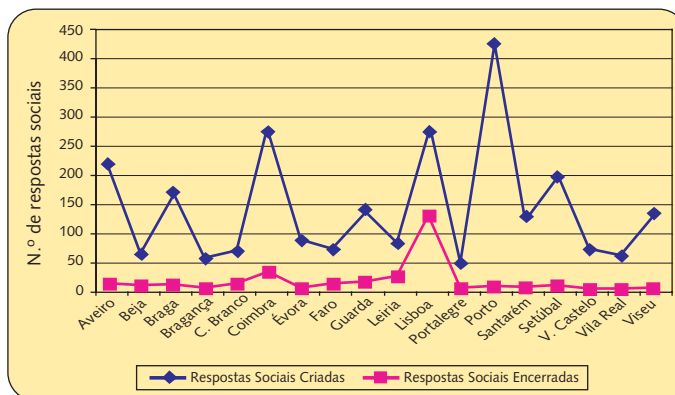


## Respostas sociais criadas e encerradas em 2004

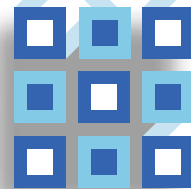
Através do gráfico pode observar-se em 2004 a dinâmica das respostas sociais no Continente.

De 2003 para 2004, foram criadas 2.669 respostas sociais e encerradas 325. Comparando o número total de respostas criadas, com as que entretanto encerraram, o saldo observado não deixa de ser positivo. Os distritos de Aveiro, Coimbra, Lisboa, Porto e Setúbal apresentaram um maior dinamismo na criação de novas respostas (cerca de 52%). Por outro lado, o distrito de Lisboa apresenta a maior percentagem de encerramentos (cerca de 46%).

Respostas sociais criadas e encerradas, por distrito Continente 2004





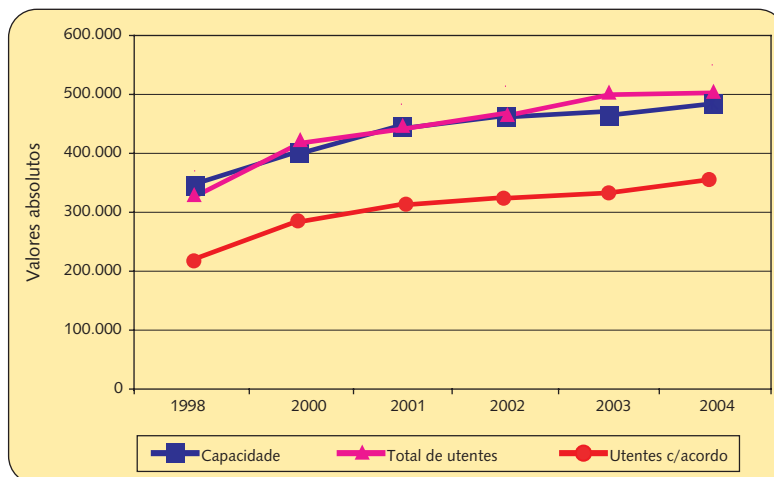


## Relação entre a capacidade instalada, número de utentes e utentes com acordo de cooperação, evolução 1998-2004

Ao longo dos anos o reforço da rede para além de se traduzir no aumento do número de respostas sociais, reflectiu-se também na capacidade instalada.

Em comparação com 1998, em 2004 a capacidade foi aumentada em cerca de 37% e os utentes em 50%, enquanto que os utentes com acordo apresentam um crescimento de cerca de 58%.

Evolução da Capacidade, Utenes e utentes com Acordo de Cooperação Continente 1998-2004



Em termos gerais, observa-se a partir de 2000, a tendência de sobrelotação da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais com particular relevância no ano de 2003.

Em 2004, 70% da população utilizadora das respostas sociais, dispunha de acordo de cooperação, percentagem esta que será mais elevada se se considerar apenas o universo de utentes da rede solidária.

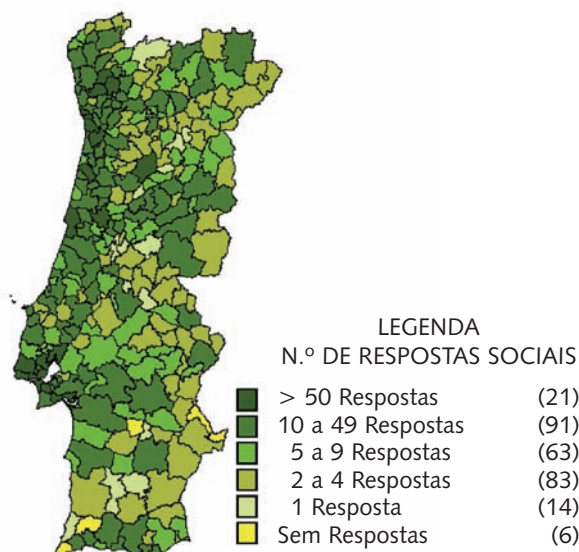
Distribuição espacial das respostas sociais para a área da Infância e Juventude Ano de 2004

### 3. Respostas sociais por áreas de intervenção

#### 3.1 – Infância e Juventude

##### Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2004

O mapa seguinte contempla as respostas sociais para crianças e jovens desenvolvidas em equipamentos sociais, não se encontrando cartografadas as valências de Ama que, dadas as suas características, serão tratadas à parte, neste capítulo.





De uma maneira geral os concelhos mais populosos são também aqueles que apresentam maior número de respostas sociais, denotando-se um equilíbrio entre a densidade populacional e a distribuição das respostas.

As valências para a infância e juventude tendem a concentrar-se nas áreas urbanas, em locais próximos da residência, ou do local de trabalho dos pais.

No Continente, apenas seis concelhos (2,2%) continuam a não apresentar respostas sociais para esta população-alvo.

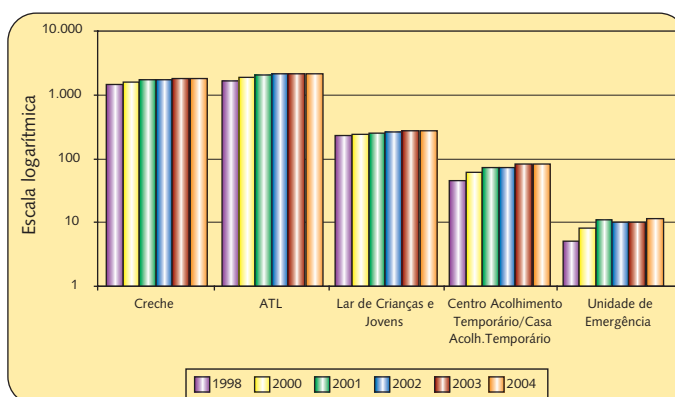
### Respostas sociais, capacidades e utentes, evolução 1998-2004

De um modo geral, observa-se uma evolução positiva do número de respostas sociais para a área da Infância e Juventude. Desde 1998, e tendo em conta o total das respostas para este público-alvo, o número de valências em funcionamento cresceu 26,5 pontos percentuais.

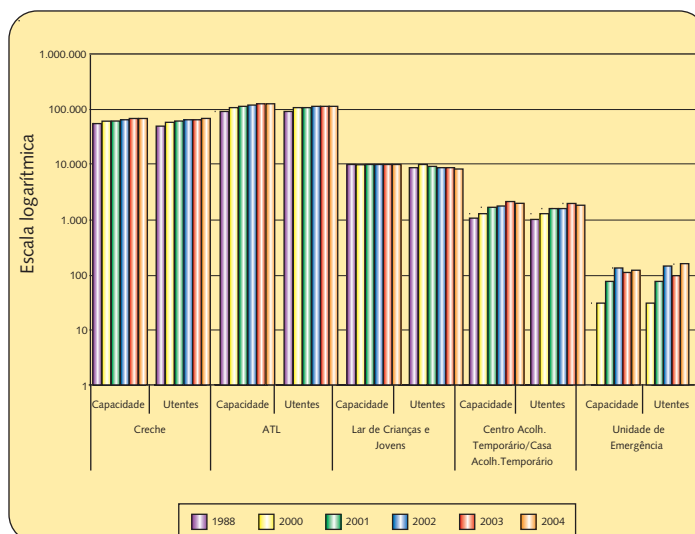
Analisando os dados por resposta social e comparando com o ano de 1998, constata-se que em 2004 o número de Centros de Actividades de Tempos Livres (ATL), subiu 28,4%, aumentando também o número de Creches em 23,7% e o número de Lares de Crianças e Jovens em 15,6%.

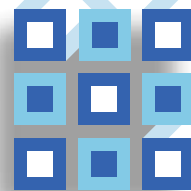
As respostas sociais dirigidas às crianças e jovens em situação de risco – Centros de Acolhimento Temporário e Unidades de Emergência – são as que registam um aumento percentual mais acentuado desde 1998, situação que se prende com a sua introdução recente na rede e com o facto de ainda se encontrarem em fase de expansão.

**Evolução das respostas sociais para a Infância e Juventude Continente 1998-2004**



**Evolução da capacidade e número de utentes das respostas sociais para a Infância e Juventude Continente 1998-2004**





Desde 1998 o número de respostas de Centro de Acolhimento Temporário apresenta um crescimento de 82,2 %.

O investimento social realizado nos últimos anos na área das Crianças e Jovens em Situação de Risco reflecte a preocupação com esta problemática.

Em 2004, por comparação com o primeiro levantamento da Carta Social, realizado em 1998, e no conjunto das respostas sociais para a Infância e Juventude, a capacidade instalada foi reforçada em 44.840 lugares, tendo abrangido mais 43.980 utentes.

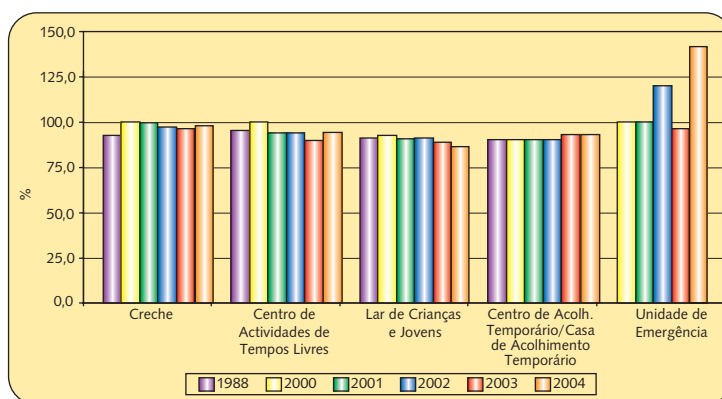
No que respeita a cada uma das cinco respostas sociais atrás identificadas, à excepção dos Lares de Crianças e Jovens, cujo comportamento evolutivo se tem mantido estável, tem-se vindo a registar um incremento tanto da capacidade instalada, como do número de utilizadores.

No tocante às quatro restantes respostas, quer ao nível da capacidade quer do número de utentes, a taxa de crescimento oscila entre os 30%, no caso da Creche, e mais de 70% nas respostas sociais mais recentes destinadas a acolher crianças e jovens em risco.

### Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 1998-2004

A taxa de utilização em qualquer uma das respostas sociais para crianças e jovens, independentemente do ano de referência, tem sido sempre superior a 90%, o que aponta para uma persistente ocupação, muito próxima do pleno, com particular preocupação para a situação das Unidades de Emergência que registam valores acima da capacidade instalada.

Taxas de utilização das respostas sociais para a Infância e Juventude  
Continente 1998-2004



Em termos evolutivos (1998-2004), e em geral, constata-se também a inexistência de variações significativas na taxa de ocupação destas respostas, com a excepção da Unidade de Emergência.

A Creche, para além das Unidades de Emergência, continua ser a resposta que ao longo do período de referência tem apresentado uma maior taxa de utilização, apesar da instalação de novas unidades por todo o país, o que traduz a relevância desta resposta social em termos de conciliação da vida familiar com a actividade profissional dos pais.

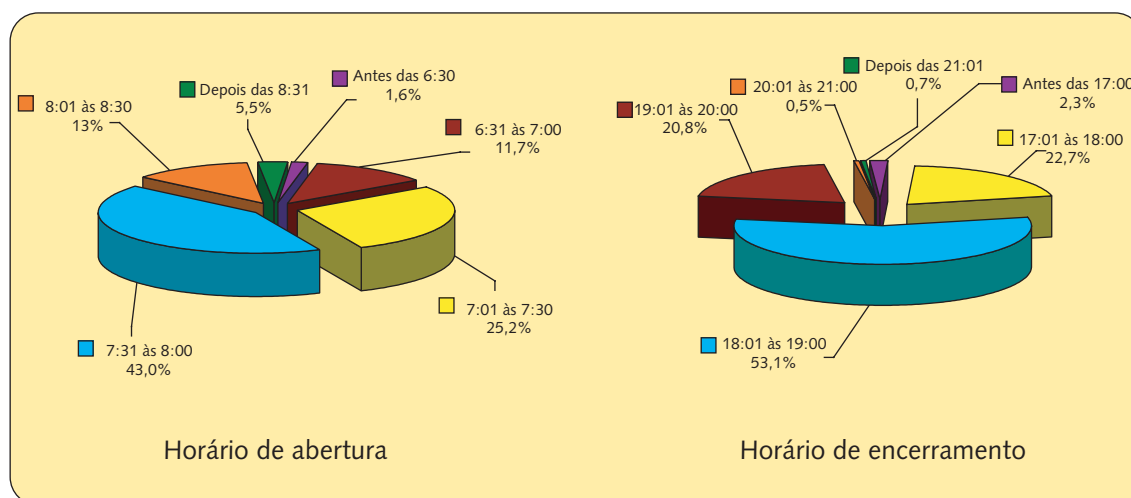
Como foi referido em relatórios anteriores, a sobrelotação observada em 2002 e também em 2004, nas Unidades de Emergência, deverá ser analisada com prudência, pois, devido

à tipologia e natureza transitória desta valência, pode ter ocorrido, que durante o mês de referência para a actualização da informação, o mesmo lugar tenha sido ocupado por mais do que um utente.

### Horário de funcionamento das creches – situação em 2004

O horário de funcionamento das creches está relacionado com a sua área de influência, que, em alguns casos pode ser definido em função do local de residência da criança e noutros em função do local de trabalho dos pais.

Creche – Horário de Funcionamento  
Situação em 2004



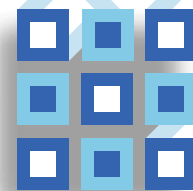
No que se refere ao horário de abertura das creches, verifica-se que a grande maioria (68,2%), inicia a actividade entre as 07.00 h e as 08.00 horas. Quanto ao horário de encerramento, mais de metade das creches (53,1%) encerram entre as 18.00 h e as 19.00 horas.

Apenas 22% destas respostas encerram depois das 19.00 h, situação que por vezes poderá dificultar a recolha das crianças, prejudicando a conciliação da vida profissional e familiar.

### A resposta social Ama

A Ama, resposta social alternativa para o mesmo grupo etário das crianças que frequentam a Creche é apresentada de forma autónoma, por não depender directamente de um equipamento social, sendo uma prestação de serviços desenvolvida em casa da Ama.

Em determinadas zonas geográficas, esta resposta social tem também a finalidade de suprir a deficiente cobertura da rede de Creches ou os problemas de sobrelotação destas.

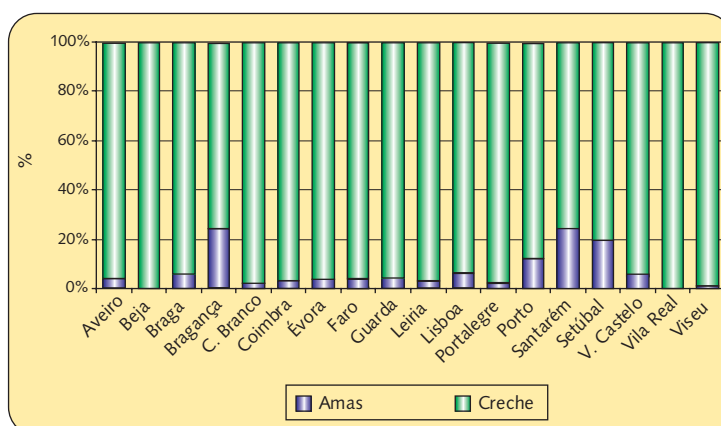


Na maior parte dos casos, as amas estão enquadradas técnica e financeiramente pelos Centros Distritais de Segurança Social, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ou por Instituições Particulares de Solidariedade Social.

O peso relativo das crianças em ama não é uniforme em todos os distritos.

Os distritos de Bragança e Santarém são os que detêm a maior percentagem de crianças acolhidas em Ama (24,3%), seguidos de Setúbal (19,8%) e do Porto (12,2%). Tal como tem vindo a ser observado em anos anteriores, os distritos de Beja e Vila Real, continuam a não ter esta resposta implementada.

**Peso relativo das respostas sociais para a primeira infância (creches e amas), segundo o número de crianças acolhidas, por distrito**  
Situação em 2004

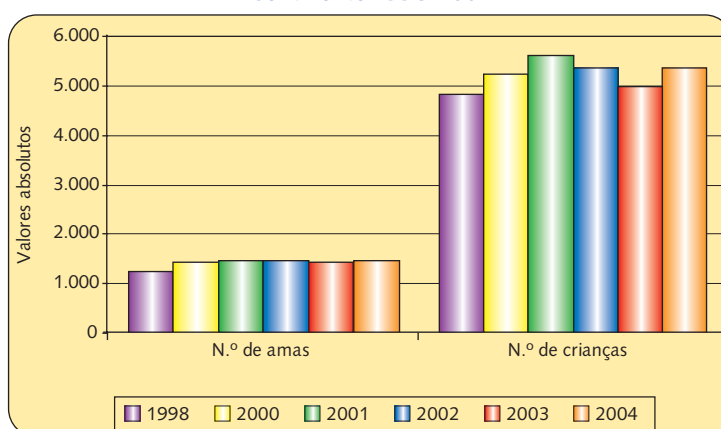


### Número de amas e crianças acolhidas, evolução 1998-2004

O quadro mostra a evolução do número de amas e do número de crianças acolhidas, durante o período de 1998-2004, constatando-se um crescimento dos valores registados, tanto em amas (3,7%) como em crianças (8,1%).

Em 2004, e em valores médios, cada ama acolheu 3,7 crianças, valor que tem permanecido constante em relação aos anos anteriores, cuja média se tem situado em cerca de 3,9 crianças/ama. Das cerca de 5.400 crianças acolhidas em Ama, apenas 56 foram registadas como portadoras de alguma deficiência.

**Evolução do número de amas e de crianças acolhidas**  
Continente 1998-2004



### Proporção da oferta de serviços e equipamentos para a primeira infância, relativamente à população residente de idade até 3 anos (inclusive)

A determinação da taxa de cobertura real das respostas sociais para a primeira infância, exigiria conhecer a procura efectiva destas respostas, situação que requereria um outro estudo específico.

Conhecendo-se, no âmbito da primeira infância (Creches e Amas), a oferta existente (capacidade instalada), bem como a população do mesmo grupo etário, construíram-se dois mapas desagregados ao nível distrital, visando ajudar a identificar esta relação.

O primeiro mapa põe em evidência o peso da população dos zero aos três anos, em relação à população total do distrito.

O segundo estabelece uma comparação percentual entre a população dos zero aos três anos e a capacidade instalada por distrito.

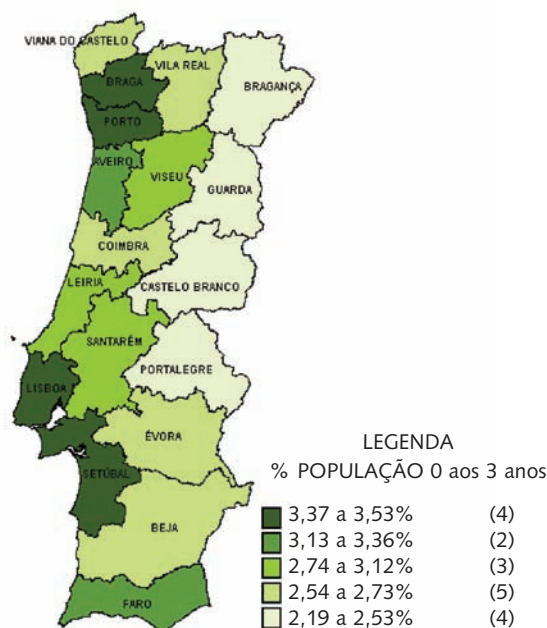
A constatação a retirar do primeiro mapa é claramente a dicotomia litoral/interior. Os distritos com menor percentagem de crianças dos 0 aos 3 anos são exclusivamente distritos do interior.

É sobretudo nos distritos de Braga, Porto, Lisboa e Setúbal que se observa a maior taxa de crianças deste grupo etário.

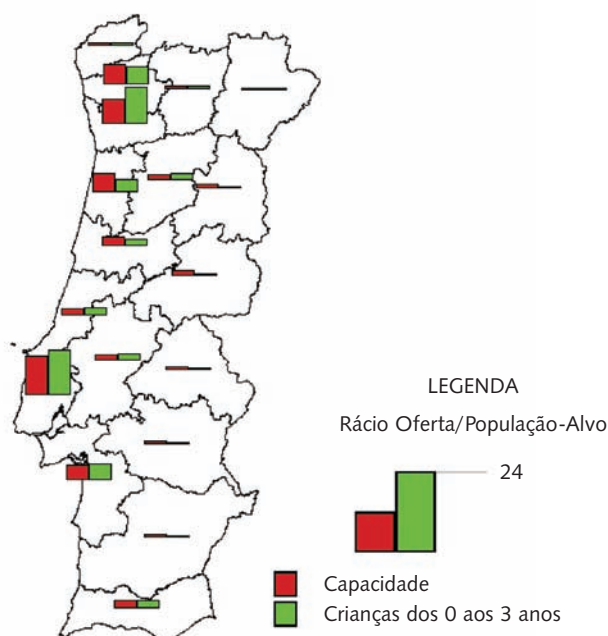
Ao contrário do verificado no mapa anterior, a dicotomia litoral/interior não parece influir na relação entre a oferta de serviços e equipamentos para a primeira infância e a população dos 0 aos 3 anos. Na maioria dos distritos essa relação é favorável à oferta, situação que poderá traduzir-se num indicador de existência de uma razoável cobertura destas respostas sociais.

Em diversos distritos observa-se uma relação de perfeito equilíbrio entre a oferta de serviços e equipamentos e a população dos 0 aos 3 anos.

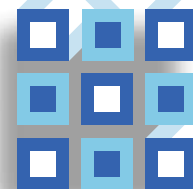
Relação entre a população dos 0 aos 3 anos e a população total, por distrito  
Ano 2004



Distribuição percentual da oferta (Amas e Creches) e da população-alvo (<= 3 anos), por distrito  
Ano de 2004



Fonte: INE, Censos 2001, estimativa da população para 2003



### 3.2 – Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência

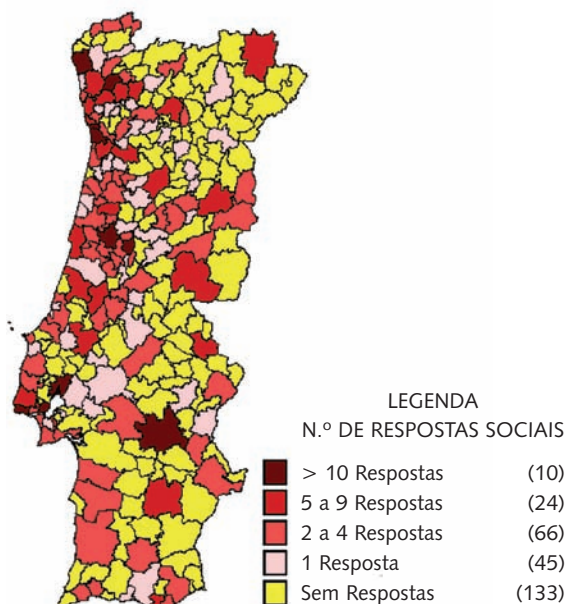
#### Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2004

Do universo dos concelhos cartografados, cerca de metade (47,8%), continuam a não dispor de qualquer resposta social para as pessoas com deficiência.

Nos 143 concelhos onde funcionam respostas para este grupo populacional, cerca de 31% apresentam apenas 1 valência e 46% dispõem de 2 a 4 respostas sociais.

Apenas cerca de 7% dos concelhos detêm mais de dez respostas sociais.

Distribuição espacial das respostas sociais para a área da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, por concelho  
Ano de 2004



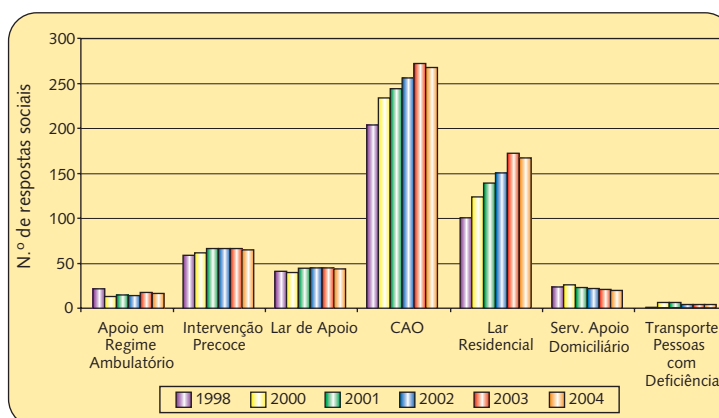
#### Respostas sociais, capacidades e utentes, evolução 1998-2004

Em termos gerais, e comparando com os dados de 1998, foram criadas mais 131 respostas para este público-alvo, o que traduz uma taxa de crescimento de 29,4%.

No entanto, e tendo como referência o ano de 2003, verificou-se um ligeiro decréscimo de 3%, devido ao encerramento de respostas sociais nesta área de intervenção.

O Lar Residencial é a resposta social que tem vindo a apresentar a maior taxa de crescimento, atingindo 65% em 2004 por comparação a 1998, seguido pelo Centro de Actividades Ocupacionais e pela Intervenção Precoce, registando respectivamente 31,5% e 10,3%.

Evolução das respostas sociais para a área da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência  
Continente 1998-2004





As restantes respostas sociais em funcionamento na área da Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência (Lar de Apoio, Serviço de Apoio Domiciliário e Transporte de Pessoas com Deficiência), com a excepção da resposta Apoio em Regime Ambulatório, mantiveram, de uma maneira geral, um crescimento moderado ao longo do período 1998-2004, evidenciando, no entanto, uma ligeira quebra neste último ano.

Em termos de valores totais, também a capacidade instalada e o número de utentes têm vindo a aumentar progressivamente.

Deste modo, e comparando com 1998, a capacidade nas respostas sociais para as pessoas com deficiência foi reforçada em cerca de 1.241 lugares (6,7%). O número de utilizadores das mesmas cresceu ainda de um modo mais significativo (53%), representando mais 8.000 utentes do que em 1998.

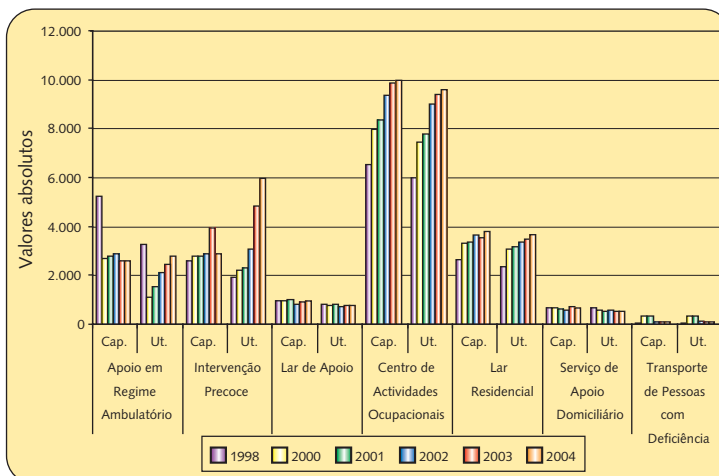
Tal como se verificou aquando da análise da evolução do número de respostas sociais, a Intervenção Precoce, o Centro de Actividades Ocupacionais e o Lar Residencial, são as valências que apresentam uma maior taxa de crescimento, quer ao nível da capacidade instalada, quer no que respeita ao número de utilizadores.

### Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 1998-2004

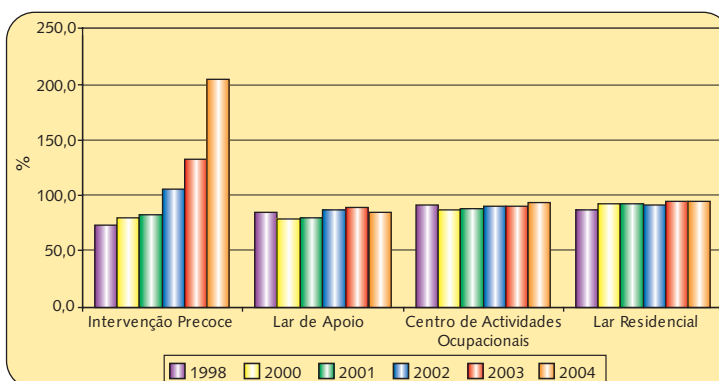
Em 2004, a taxa média de utilização, calculada para o conjunto das 4 principais respostas sociais para pessoas com deficiência subiu para 120,2%, contra os 102,4% do ano anterior.

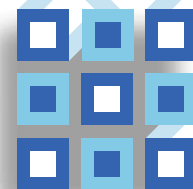
A resposta social Intervenção Precoce regista em 2004 uma grande subida, facto que se explica pelo aumento da procura da mesma e pelo esforço desenvolvido pelos serviços no atendimento destas situações.

**Evolução da capacidade e do n.º de utentes das respostas sociais para a área da Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência Continente 1998-2004**



**Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para a área da Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência Continente 1998-2004**



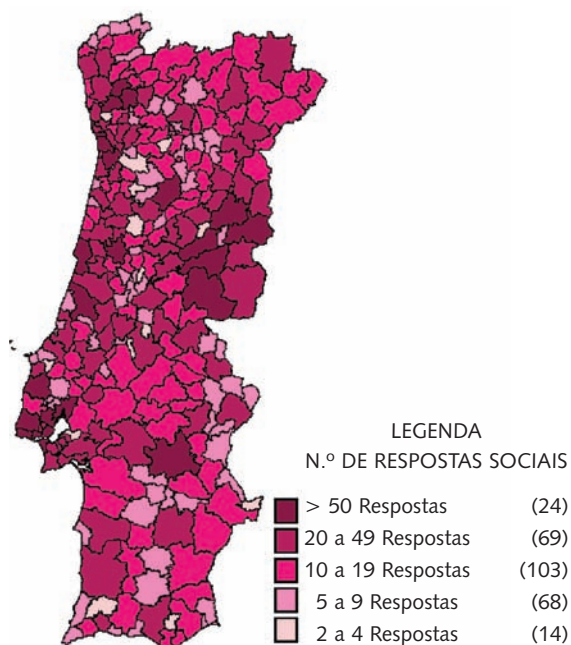


### 3.3. População Idosa

#### Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2004

Todos os concelhos do Continente estão abrangidos por respostas para a População Idosa, no entanto, a maior concentração das mesmas verifica-se nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e nos concelhos com maior índice de envelhecimento.

Distribuição espacial das respostas sociais para a área da População Idosa, por concelho  
Ano de 2004



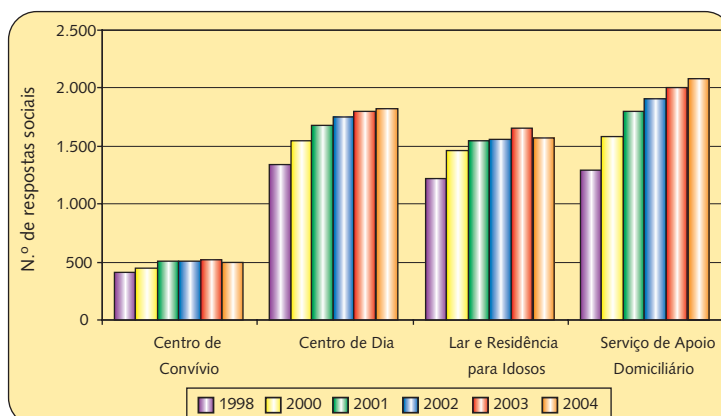
#### Respostas sociais, capacidades e utentes, evolução 1998-2004

Desde 1998, entraram em funcionamento mais 1.745 valências para este público-alvo, o que representa uma taxa de crescimento de 41%.

É de referir ainda que todas as respostas sociais na área da População Idosa revelam um crescimento progressivo bastante significativo.

Analisando a evolução das principais respostas sociais para esta área, e tendo por base o mesmo período de referência (1998-2004), constata-se que o Serviço de Apoio Domiciliário tem sido a valência cujo crescimento continua mais evidente (61%).

Evolução das respostas sociais para a População Idosa  
Continente 1998-2004



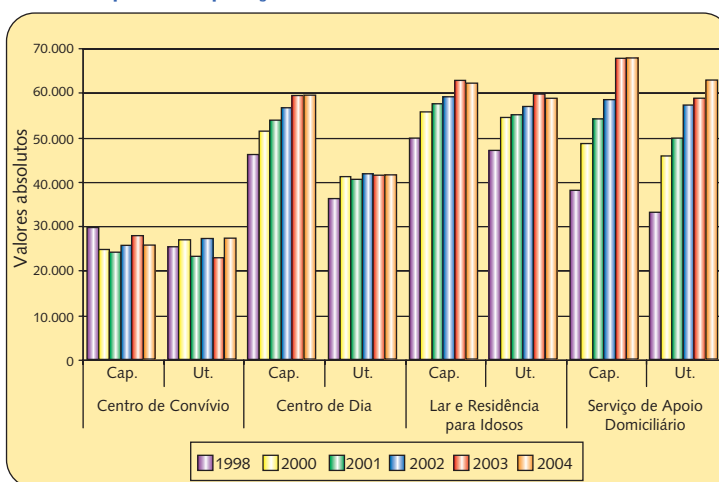


Relativamente às restantes respostas, Centro de Dia (35,3%), Lar e Residência para Idosos (29,8%) e Centro de Convívio (26,2%), observam-se também evoluções muito positivas, traduzindo assim a preocupação pública com o bem-estar da População Idosa.

A dinâmica observada nas respostas para a População Idosa, tem vindo também a reflectir-se num claro aumento da capacidade instalada e do número de utentes.

Tal como o verificado no gráfico anterior, é no Serviço de Apoio Domiciliário que se verifica a maior taxa de crescimento, quer ao nível da capacidade, quer ao nível do número de utentes, facto que pode ser explicado pela política desenvolvida nos últimos anos, privilegiando esta resposta como alternativa às convencionais respostas institucionalizadas. Deste modo, e comparando com 1998, verifica-se que a capacidade e o número de utentes aumentaram em cerca de 30.000, respectivamente 78,5% e 88%.

**Evolução da capacidade e do n.º de utentes das respostas sociais para a População Idosa – Continente 1998-2004**



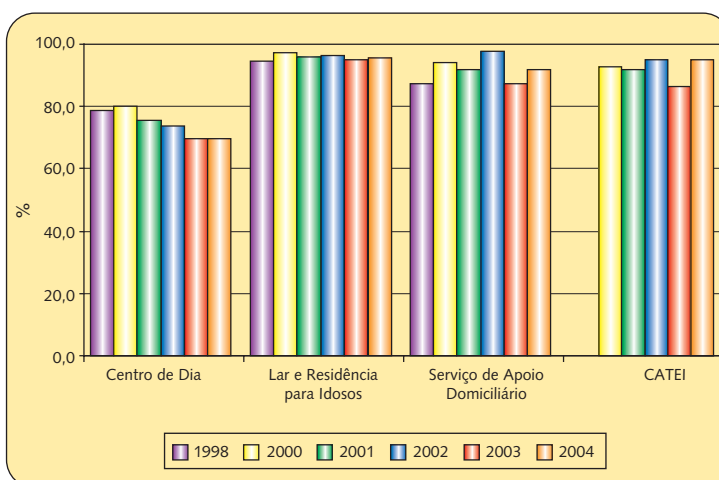
### Taxa de utilização das respostas sociais – situação em 2004

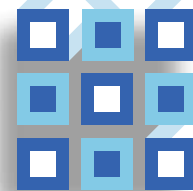
Para efeitos de cálculo da taxa de utilização, os Centros de Convívio não foram considerados, uma vez que atendendo às suas características muito específicas, os utilizadores desta resposta poderão, enquanto a frequentam, beneficiar simultaneamente de serviços inseridos em outras valências.

**Evolução da taxa de utilização das respostas sociais Continente 1998-2004**

A taxa média de utilização (1998-2004) para as respostas em análise situa-se em 88,4%, percentagem idêntica à registada no ano de 2003.

No ano de 2004 os valores mais elevados encontram-se no Lar e Residência para Idosos que apresentam uma taxa de utilização de 95,4% seguido do Serviço de Apoio Domiciliário com 92%, valores estes superiores aos registados no ano anterior.





### Proporção da oferta de serviços e equipamentos para a População Idosa, relativamente à População Idosa Residente ( $\geq 65$ anos)

Os distritos com uma estrutura mais envelhecida situam-se na zona interior do país, sendo Portalegre (26%), Castelo Branco (25,4%) e Guarda (25,1%) os que apresentam as percentagens mais elevadas.

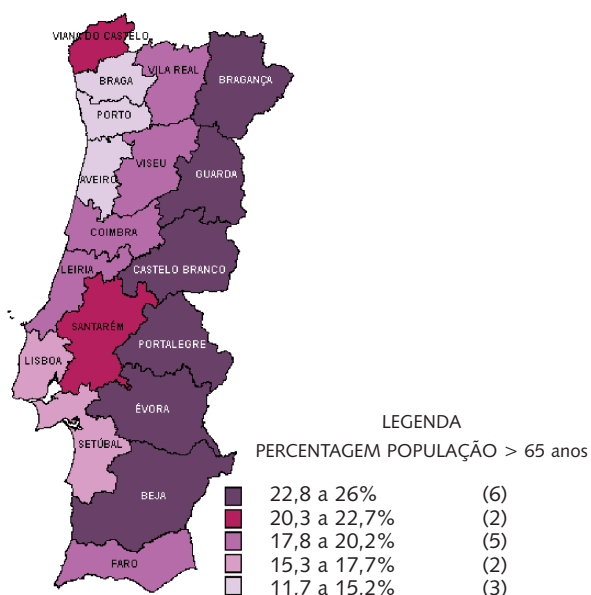
Por outro lado, os distritos do litoral apresentam uma estrutura etária mais jovem. Destes, Braga (12,3%), Porto (13,1%), Aveiro (15%), Setúbal (15,4%) e Lisboa (16,7%), detêm valores inferiores à média do Continente (17%).

Para efeitos do cálculo da relação entre a população idosa ( $\geq 65$  anos) e a capacidade instalada por distrito, não foram considerados os Centros de Convívio, pelas razões apontadas anteriormente a propósito da taxa de utilização.

Contrariamente ao fenómeno observado para a Primeira Infância, existe uma relação directa entre o valor percentual da capacidade dos equipamentos sociais para a População Idosa e os distritos onde esta tem maior peso. Deste modo, é na generalidade dos distritos do interior (onde o peso da população idosa é maior) que se vislumbra uma maior oferta relativa.

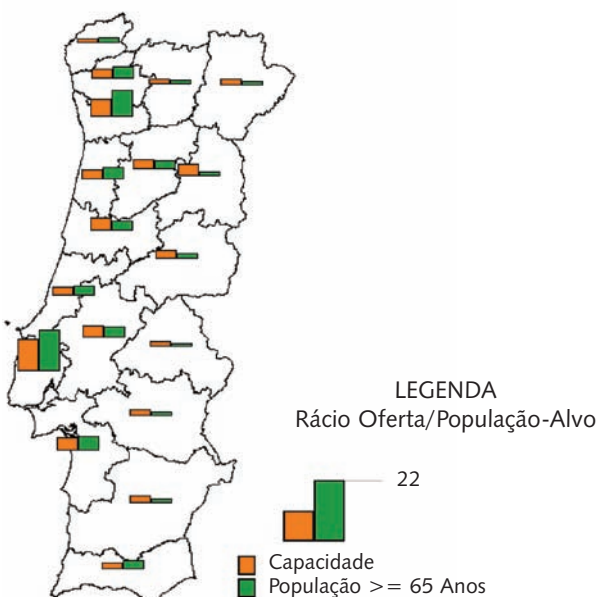
Por outro lado, uma menor cobertura relativa encontra-se nos distritos de Lisboa, Porto, Setúbal, Santarém, Aveiro ou Braga.

### Relação entre a População Idosa (mais de 65 anos) e a população total, por distrito Ano 2004



Fonte: INE, Censos 2001, estimativa da população para 2003

### Distribuição percentual da oferta e da população-alvo ( $\geq 65$ anos), por distrito Ano 2004



Fonte: INE, Censos 2001, estimativa da população para 2003

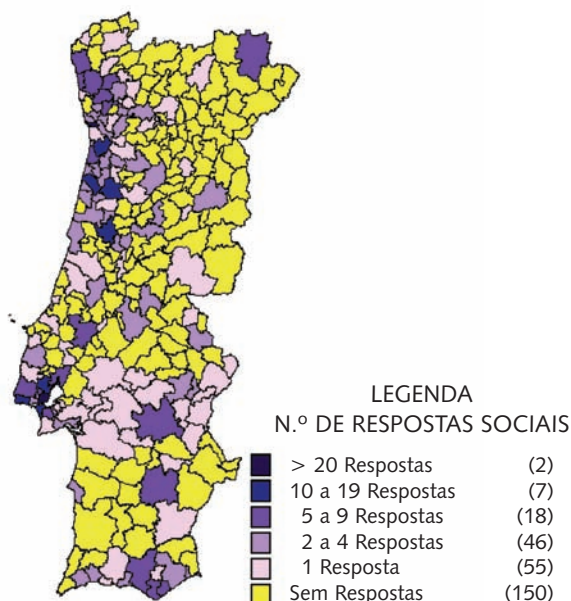
### 3.4 – Família e Comunidade

#### Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2004

Da análise do mapa pode observar-se que 54% dos concelhos do Continente não apresentam qualquer resposta social dirigida à Família e Comunidade.

Dos 128 concelhos onde funcionam respostas para esta área de intervenção, 43% apresentam apenas 1 valência e cerca de 36% de 2 a 4 valências.

Distribuição espacial das respostas sociais para a área da Família e Comunidade, por concelho  
Ano de 2004

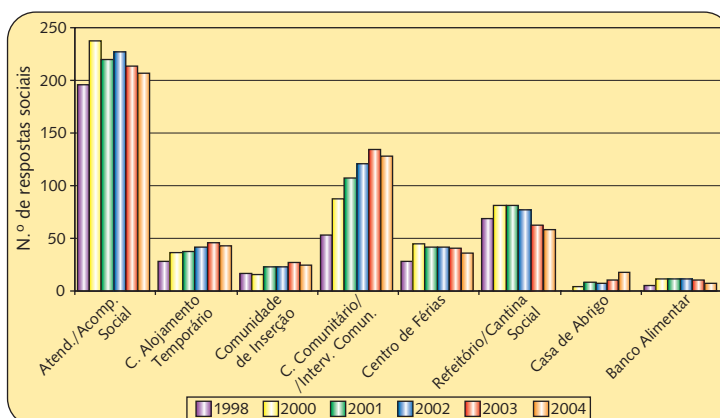


#### Respostas sociais, capacidades e utentes, evolução 1998-2004

Tendo em consideração o período de 1998-2004 observa-se um acréscimo de 28,8% no conjunto das respostas, tendência esta que foi registada na generalidade dos casos.

No entanto, nos últimos dois anos tem-se verificado um ligeiro desaceleramento na evolução destas respostas sociais, até mesmo um decréscimo no Atendimento/Acompanhamento Social e no Refeitório/Cantina Social.

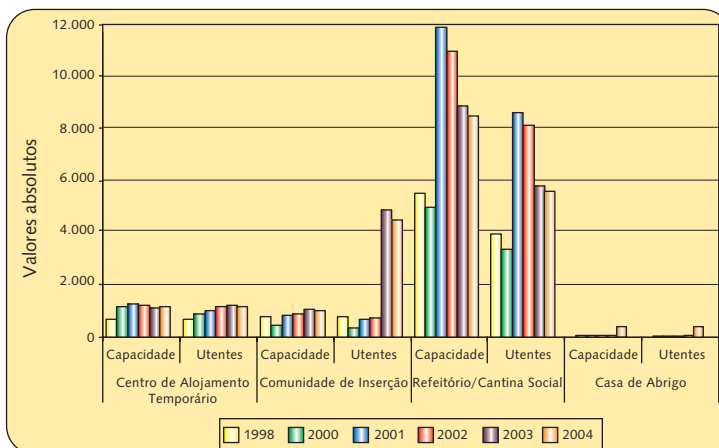
Evolução das respostas sociais para a área da Família e Comunidade  
Continente 1998-2004



O Centro Comunitário/Intervenção Comunitária, o Centro de Alojamento Temporário, mas principalmente a Casa de Abrigo são as valências que apresentam maior nível de crescimento, tendo esta no último ano duplicado o número de respostas.

O gráfico contempla apenas a capacidade e o número de utentes de algumas das respostas sociais dirigidas à Família e Comunidade, uma vez que devido às características e especificidades das restantes, não é possível integrá-las nesta representação.

**Evolução da capacidade e n.º de utentes nas respostas para a Família e Comunidade Continente 1998-2004**



De uma maneira geral, nas quatro respostas sociais em análise, a capacidade instalada e o número de utilizadores aumentou de 1998 a 2004, embora o Refeitório/Cantina Social tenha registado ao longo deste período um abaixamento a partir de 2002.

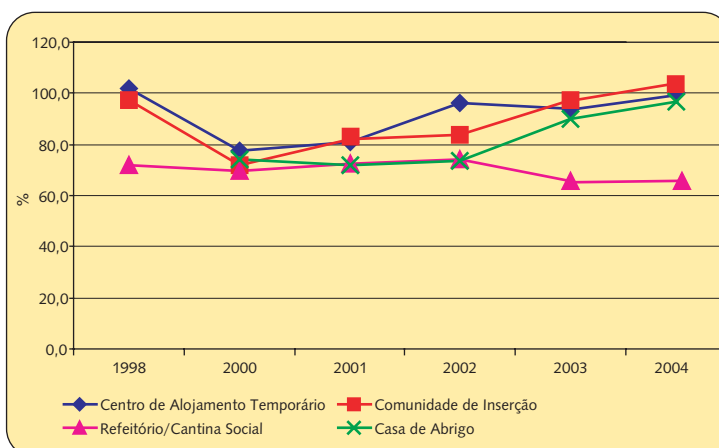
No ano de 2004, como já foi referido, apenas a Casa de Abrigo apresenta um crescimento bastante acentuado.

### Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 1998-2004

No ano de 2004, a taxa média de utilização para este conjunto de respostas sociais, situa-se em 91,1%, o que significa um aumento de cerca de cinco pontos percentuais em relação ao ano anterior.

As respostas analisadas apresentam em 2004 uma taxa muito elevada, a rondar a plena ocupação, à excepção do Refeitório/Cantina Social que regista uma taxa de ocupação de apenas 66%.

**Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para a Família e Comunidade Continente 1998-2004**

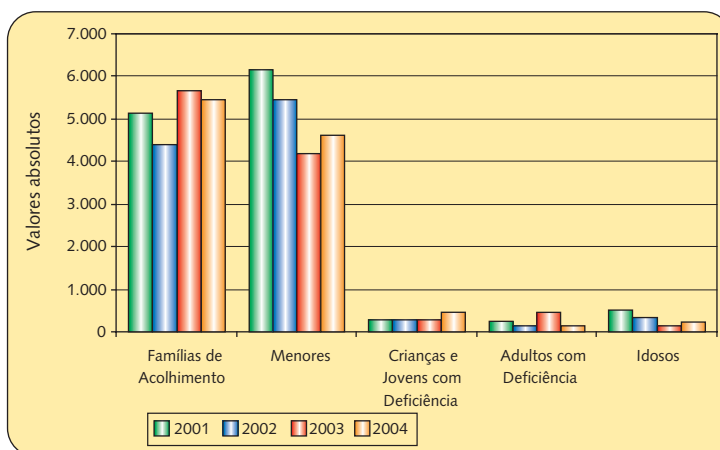


## A resposta social Acolhimento Familiar

O Acolhimento Familiar é uma resposta que consiste em integrar, temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idóneas, crianças e jovens, com ou sem deficiência, pessoas adultas com deficiência e pessoas idosas.

Dado o seu carácter transversal, abrangendo a generalidade das áreas de intervenção, e uma vez que a mesma família poderá receber, em simultâneo, pessoas dos diferentes grupos-alvo, optou-se por uma análise conjunta, para evitar a distorção do número real de famílias de acolhimento.

**Evolução das Famílias de Acolhimento por grupo-alvo  
Continente 2001-2004**



Em 2004, observa-se um decréscimo de 3% nas Famílias de Acolhimento e um aumento de 6% das pessoas inseridas nesta resposta social, principalmente em idosos e crianças e jovens com deficiência.

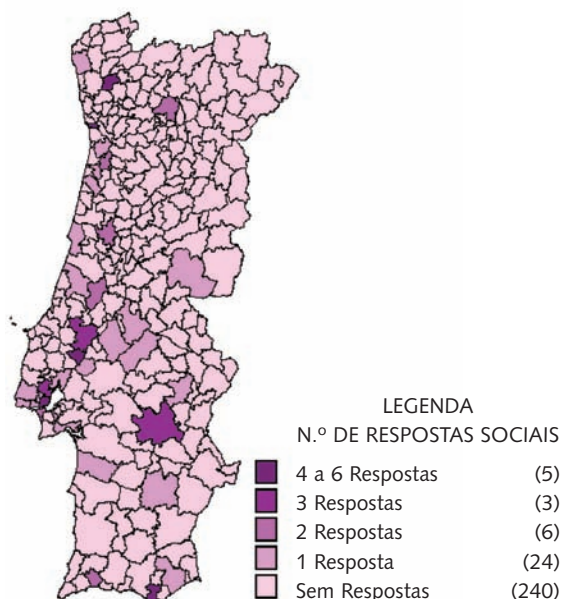
As crianças e jovens com deficiência colocados nestas famílias representam apenas 7,2% do total dos menores acolhidos.

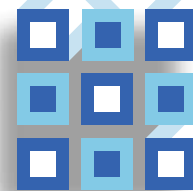
**Distribuição espacial das respostas sociais para a área  
da Toxicodependência, por concelho  
Ano de 2004**

### 3.5 – Toxicodependência

#### Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2004

As respostas sociais para este grupo alvo são de âmbito nacional, com uma implantação dispersa, localizando-se em apenas 13,7% dos concelhos do Continente.



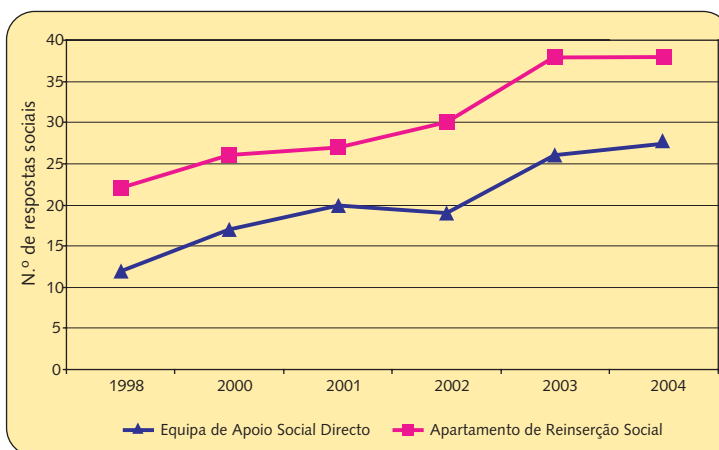


## Respostas sociais, capacidades e utentes, evolução 1998-2004

De 1998 a 2004 as respostas sociais, Equipa de Apoio Social Directo e Apartamentos de Reinserção Social, aumentaram 125% e 72,7%, respectivamente.

Apesar de no período 2001/2002 a resposta social Equipa de Apoio Social Directo ter apresentado uma ligeira inflexão no seu crescimento, no período seguinte de 2002/2004 registou um crescimento significativo (42,1%).

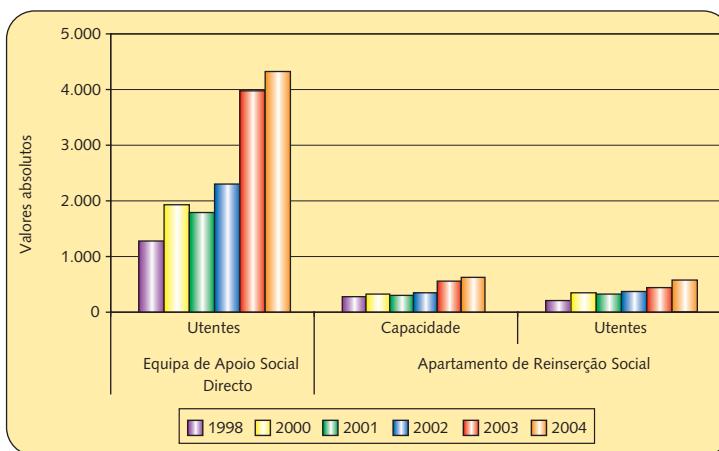
Evolução das respostas sociais para a área da Toxicodependência  
Continente 1998-2004



Por outro lado o número de Apartamentos de Reinserção Social tem vindo a aumentar progressivamente ao longo dos anos. No último período, 2002/2004, foi de 26,7%.

As Equipas de Intervenção Directa, com uma acção junto da população toxicodependente e suas famílias, não apresentam, devido às suas características, a definição de capacidade, pois esta depende, essencialmente, da procura e da possibilidade de atendimento das próprias equipas ligadas a este tipo de intervenção.

Evolução da capacidade e n.º de utentes das respostas sociais na  
área da Toxicodependência  
Continente 1998-2004



Apesar de o número de Apartamentos de Reinserção se ter mantido em 2004 igual ao ano anterior, houve um alargamento da capacidade em 6,5%. Também, em 2004, a procura aumentou em 19,4%. De referir que, no período de 1998-2004 houve uma duplicação tanto na oferta como no número de utilizadores.

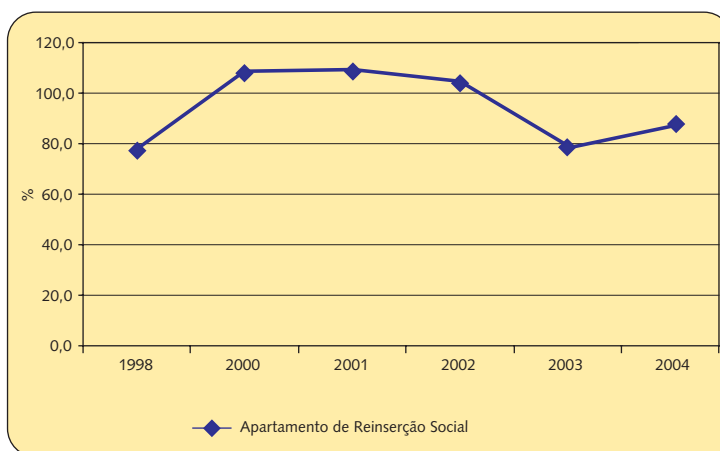


### Taxa de Utilização das respostas sociais, evolução 1998-2004

Ao nível do Continente, desde o ano de 2000 até 2002, a taxa de ocupação dos Apartamentos de Reinserção Social foi sempre superior a 100%, o que demonstra a grande procura desta resposta.

Em 2003, devido ao esforço na criação de mais lugares, e apesar da procura ter continuado a aumentar, foi possível apresentar alguma disponibilidade ao nível de vagas, o que explica que em 2003 a taxa de ocupação tenha descido para 79,5%. Contudo, em 2004, a taxa de utilização voltou a subir, tendo atingido os 90%.

Evolução da taxa de utilização dos Apartamentos de Reinserção Social Continente 1998-2004

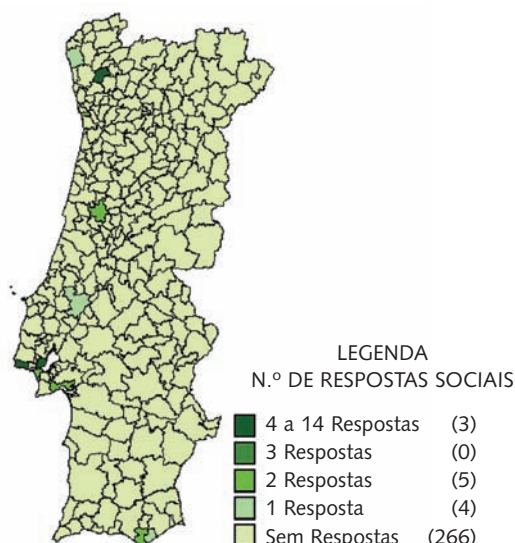


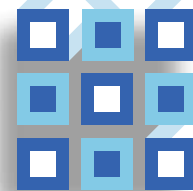
## 3.6 – Pessoas Infectadas pelo VIH/Sida e suas Famílias

### Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2004

As respostas sociais para esta área de intervenção estão implantadas em cerca de 5% dos concelhos do Continente, apresentando uma distribuição espacial dispersa.

Distribuição espacial das Respostas Sociais para a área das Pessoas Infectadas pelo VIH/Sida e suas Famílias Ano de 2004

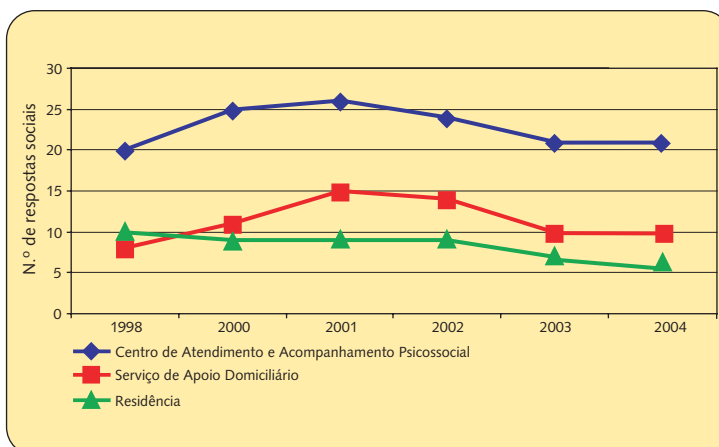




## Respostas sociais, capacidades e utentes, evolução 1998-2004

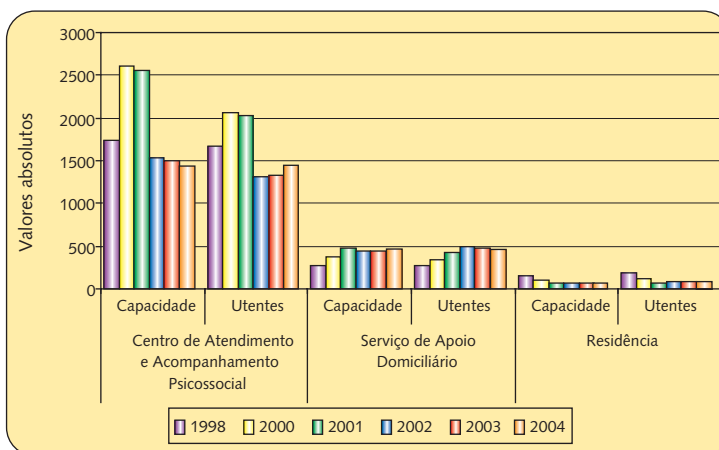
No período em análise (1998-2004) os dados revelam um crescimento até ao ano de 2001 nas valências Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial e Serviço de Apoio Domiciliário. No entanto, a partir desta data começa a verificar-se uma inversão na evolução destas valências, tendência já observada no ano anterior na resposta social Residência.

**Evolução das respostas sociais na área das Pessoas Infectadas pelo VIH/Sida e suas Famílias  
Continente 1998-2004**



O mesmo fenómeno verifica-se no que respeita à capacidade e ao número de utentes nestas respostas sociais. A Residência tem sido a valência onde esta involução tem sido mais acentuada durante o período analisado, tanto ao nível da capacidade instalada, como ao nível do número de utentes, respectivamente 48,3% e 59%.

**Evolução da capacidade e do número de utentes das respostas sociais na área das Pessoas Infectadas pelo VIH/Sida e suas Famílias  
Continente 1998-2004**



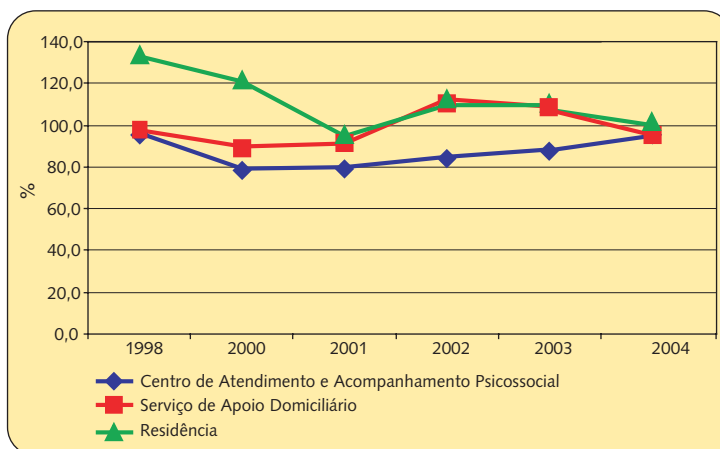


### Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 1998-2004

Talvez o facto de existirem poucas respostas sociais em funcionamento para este grupo alvo, possa explicar as elevadas taxas de utilização destas valências.

Deste modo, em 2004, todas as respostas sociais apresentavam problemas de sobrelotação.

**Evolução das taxas de utilização das respostas sociais para as Pessoas Infectadas pelo VIH/Sida e suas Famílias Continente 1998-2004**



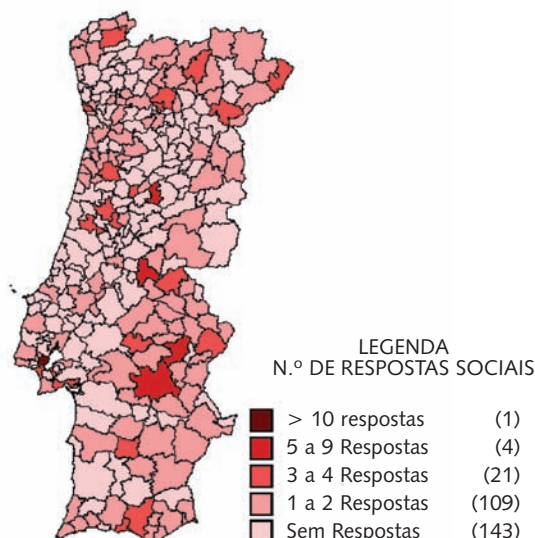
### 3.7 – Outras áreas de intervenção

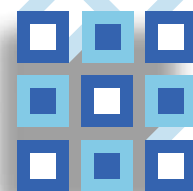
No âmbito das outras áreas de intervenção enquadram-se as respostas sociais dirigidas às Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico e a prestação de cuidados em Situações de Dependência, visando criar condições para uma intervenção articulada da saúde e da acção social, envolvendo a participação e colaboração de diversos actores sociais.

#### Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2004

Cerca de metade dos concelhos de Portugal Continental continuam a não dispor de quaisquer respostas sociais para as áreas da Saúde Mental e das Pessoas em Situação de Dependência.

**Distribuição espacial das respostas sociais para as Outras Áreas de Intervenção (Saúde Mental e Pessoas em Situação de Dependência) Ano de 2004**





## Saúde Mental – Respostas sociais, capacidades e utentes, evolução 2000-2004

No âmbito das valências para esta área de intervenção, e tendo em consideração o período de referência 2000-2004, regista-se um crescimento nas Unidades de Vida Protegida e no Fórum Sócio-Ocupacional e um abaixamento do número de Unidades de Vida Apoiada e Unidades de Vida Autónoma.

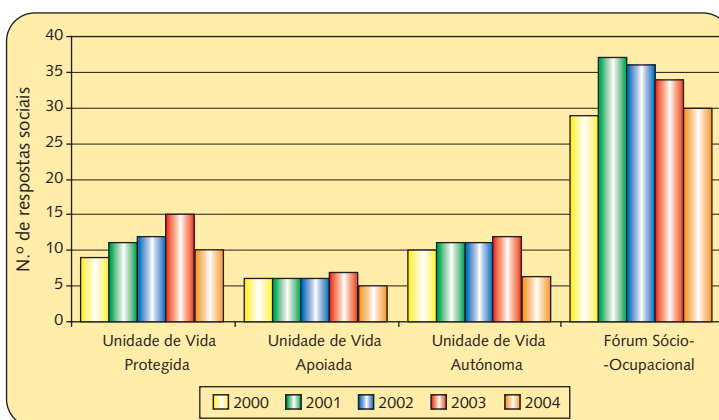
No entanto é visível uma tendência de redução do número destas respostas sociais, concretamente de 2003 para 2004, sendo de notar que o Fórum Sócio-Ocupacional vem registando uma regressão desde 2002.

### Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 2000-2004

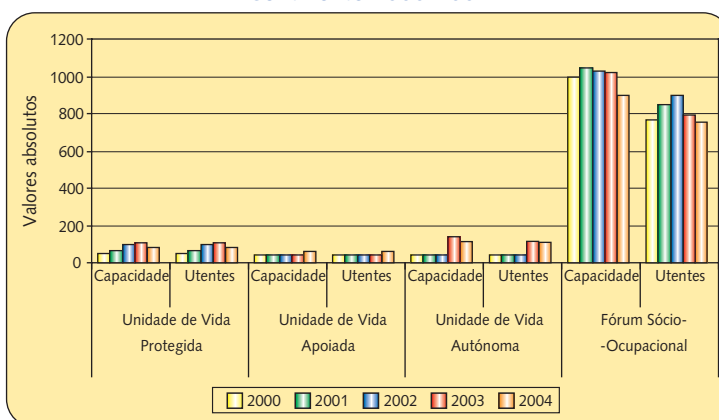
Nos anos de referência a Unidade de Vida Apoiada tem apresentado uma taxa de ocupação muito próxima dos 100%, tendo mesmo registado sobrelocação nos anos de 2002 e 2003. Contudo, no ano de 2004 a taxa desceu para os 97%.

Em 2004 a Unidade de Vida Protegida e a Unidade de Vida Autónoma atingem valores de sobrelocação, enquanto que o Fórum Sócio-Ocupacional regista uma ligeira subida na taxa de ocupação em relação ao ano anterior, situando-se nos 80%.

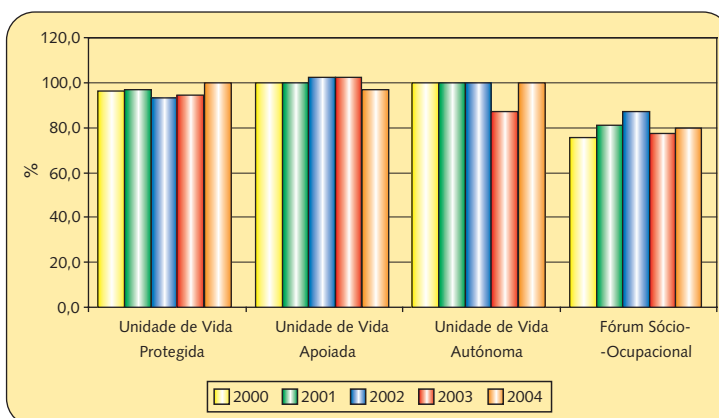
Evolução das respostas sociais para a área da Saúde Mental  
Continente 2000-2004



Evolução da capacidade e do número de utentes nas respostas sociais para a área da Saúde Mental  
Continente 2000-2004



Evolução das taxas de utilização das respostas sociais  
para a área da Saúde Mental  
Continente 2000-2004



## Pessoas em situação de Dependência – Respostas sociais, capacidades e utentes, evolução 2000-2004

As respostas sociais para as Pessoas em Situação de Dependência constituem um modelo de intervenção articulada da saúde e da acção social, de natureza preventiva, de reabilitação e de apoio, compreendendo as Unidades de Apoio Integrado (UAI) e o Apoio Domiciliário Integrado (ADI).

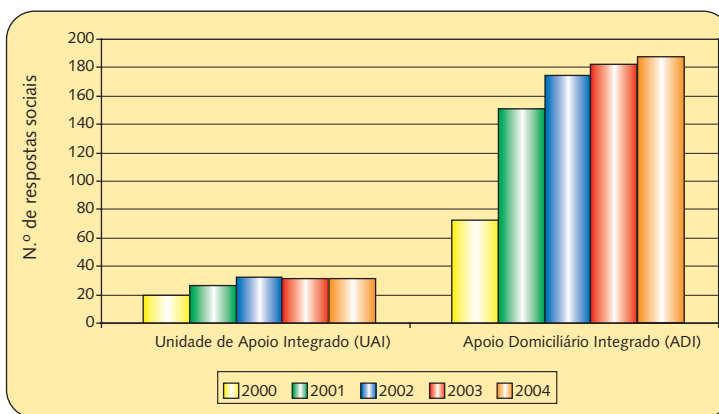
Estas respostas sociais apresentam um crescimento contínuo, com particular incidência no Apoio Domiciliário Integrado.

Em 2004, por referência ao ano 2000, a capacidade e o número de utentes destas respostas sociais registou um crescimento, principalmente o Apoio Domiciliário Integrado, apresentando um aumento de 135% e 125% respectivamente.

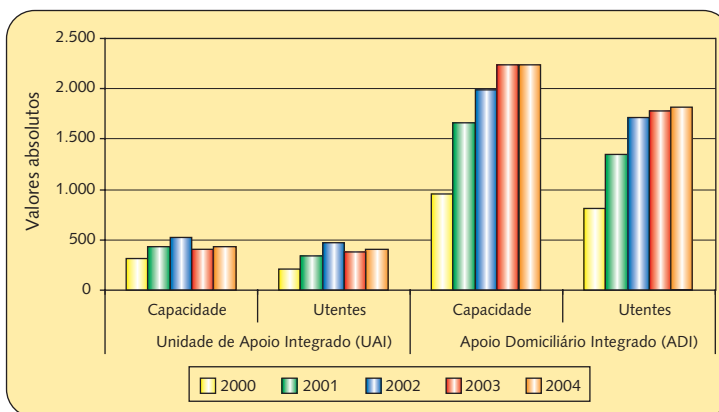
### Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 2000-2004

As respostas sociais para esta área têm registado tendências de evolução diferentes. Enquanto as a Unidade de Apoio Integrado têm apresentado uma tendência de crescimento constante, registando em 2004 uma taxa de utilização de 94%, o Apoio Domiciliário Integrado regista em 2004 (82%) um ligeiro decréscimo da taxa de utilização em relação ao ano de 2000, embora com oscilações nos anos intermédios.

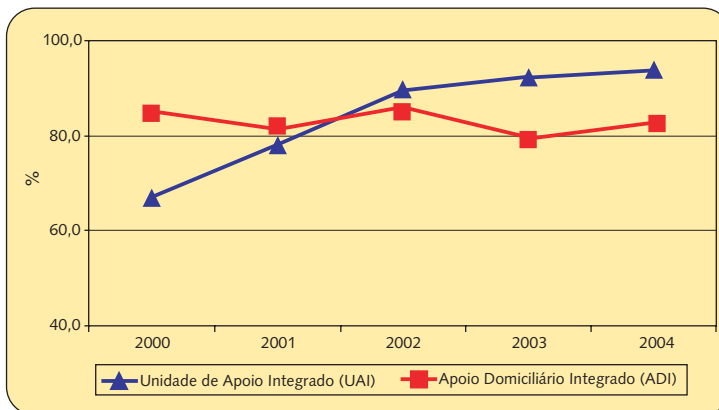
Evolução das respostas sociais para a área das Pessoas em Situação de Dependência  
Continente 2000-2004

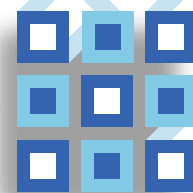


Evolução da capacidade e do número de utentes nas respostas sociais para a área das Pessoas em Situação de Dependência  
Continente 2000-2004



Evolução das Taxas de Utilização nas respostas sociais para a área das Pessoas em Situação de Dependência  
Continente 2000-2004





#### 4. Despesas de investimento e de funcionamento em serviços e equipamentos sociais: o esforço público

Este capítulo pretende dar, de uma forma muito sintética, uma panorâmica do esforço público em termos de investimento e de despesas de funcionamento com a Rede de Serviços e Equipamentos Sociais.

##### 4.1 – Investimentos

##### Total dos Investimentos, evolução 1998-2004

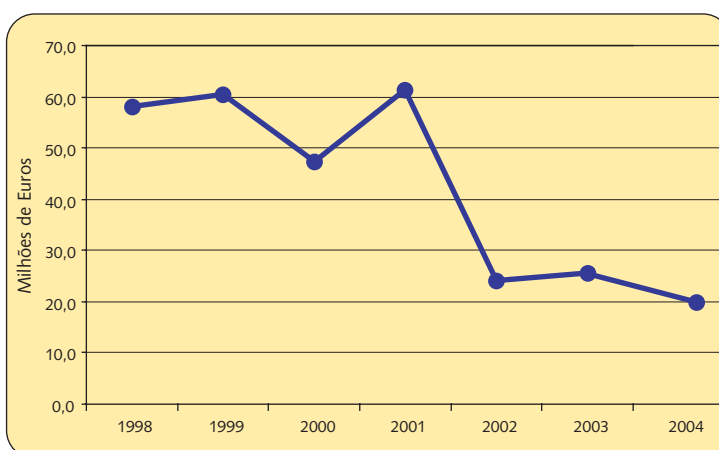
Ao longo dos anos, os Ministérios com a responsabilidade da área da Segurança Social, têm feito esforços ao nível do investimento na Rede de Serviços e Equipamentos Sociais.

A análise efectuada incide principalmente nos investimentos realizados através do PIDDAC atribuído a esta área social, constituindo a grande fonte de financiamento destes equipamentos.

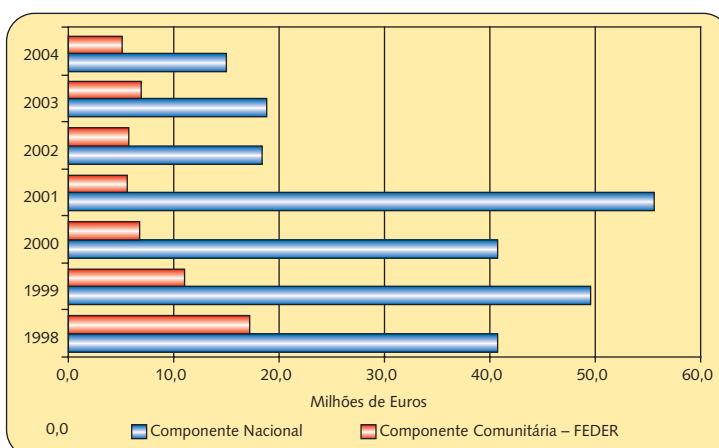
O investimento total, em serviços e equipamentos sociais, no período de 1998-2004, foi de 296 milhões de euros (valores nominais). No entanto, importa analisar este investimento segundo as suas duas componentes, a nacional e a comunitária – QCA II, Subprograma Integrar – Medida 5 e QCA III – POEFDS (Programa Operacional de Emprego, Formação e Desenvolvimento Social).

Os Programas Comunitários foram assumidos como um investimento complementar

Evolução do total do investimento em Serviços e Equipamentos Sociais (valores nominais)  
Contínente 1998-2004



Evolução total do investimento em Serviços e Equipamentos Sociais, por Fontes de Financiamento (valores nominais)  
Contínente 1998-2004



Fonte: DGEEP, Relatórios de Execução Anual do PIDDAC

da política nacional de alargamento e consolidação da Rede de Serviços e Equipamentos e não como um investimento substitutivo, tendo o investimento do primeiro programa decorrido de 1994 a 2000 e o segundo com uma previsão temporal de 2000 a 2006.

No ano de 2004 o investimento no sector da Acção e Integração Social representou 39,4% do orçamento do então Ministério da Segurança Social da Família e da Criança.

Da análise do período de referência, verifica-se que a componente nacional apresenta um crescimento significativo até ao ano de 2001, com uma ligeira inflexão em 2000. A partir do ano de 2002, devido às restrições orçamentais resultantes da contenção da despesa pública para controlo do défice do sector público, tem-se vindo a registar um decréscimo no investimento.

No mesmo período, a componente comunitária – FEDER – regista também um decréscimo que representa a progressiva conclusão dos projectos financiados através do QCA II, embora em 2003 se tenha registado um reforço do investimento.

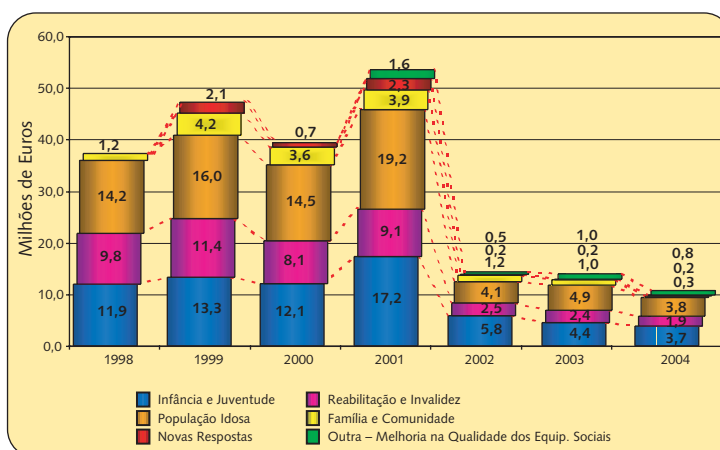
### Investimento por áreas de intervenção, evolução 1998-2004

Os programas operacionais desenvolvidos através dos QCA II e QCA III apresentam uma estrutura diferente da utilizada no PIDDAC não co-financiado, pelo que não é possível analisar aquele investimento por áreas de intervenção até ao ano de 2002, sendo a sua representação efectuada em gráfico autónomo.

Este gráfico representa o esforço financeiro efectuado através do PIDDAC não co-financiado. Constata-se um acentuado crescimento do investimento até 2001, tendo-se verificado uma redução destes valores a partir do ano 2002, devido à necessidade de redução do défice orçamental.

Na repartição funcional do investimento em 2004, tal como nos anos anteriores, continua a assumir especial significado o esforço dirigido à População Idosa (35,3%) seguido da Infância e Juventude (35%).

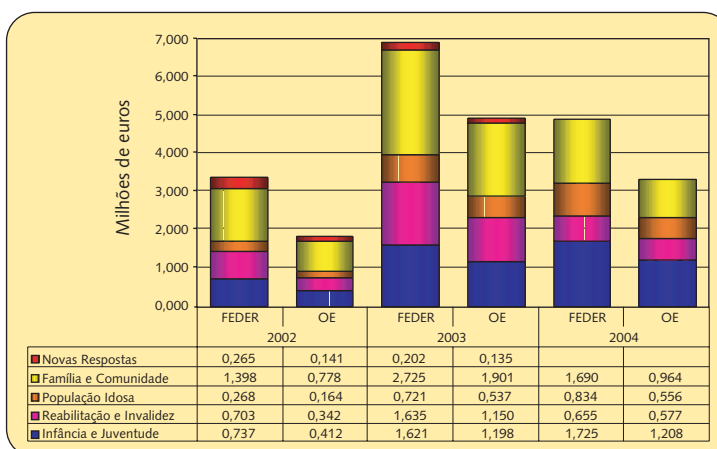
**Financiamento para Investimento – evolução do investimento por áreas de intervenção – PIDDAC não co-financiado Continente 1998-2004**



Fonte: DGEEP, Relatórios de Execução Anual do PIDDAC

Da análise do gráfico do programa de Promoção do Desenvolvimento Social podemos verificar que em 2004 a verba executada é inferior ao ano anterior, constatando-se que os maiores investimentos foram realizados nas áreas da Infância e Juventude (35,7%) e da Família e Comunidade (32,3%).

#### Financiamento para Investimento – Promoção do Desenvolvimento Social – QCA III Continente 2002-2004



Fonte: DGEEP, Relatórios de Execução Anual do PIDDAC

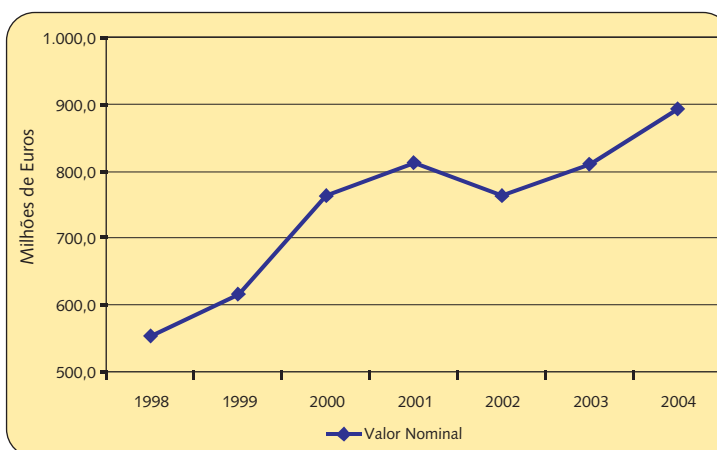
## 4.2 – Despesas de funcionamento

### Despesas de funcionamento, evolução 1998-2004

Os custos do funcionamento da Rede de Serviços e Equipamentos são suportados através dos Acordos de Cooperação, pela mensalidade/comparticipação paga pelo utente ou seu familiar e pelas receitas próprias das instituições.

O gráfico representa apenas a evolução das despesas de Acção Social no âmbito dos Acordos de Cooperação, excluindo-se todas as despesas com o funcionamento dos estabelecimentos oficiais e outras despesas de funcionamento da Rede de Serviços e Equipamentos.

#### Evolução das despesas com Acordos de Cooperação Continente 1998-2004

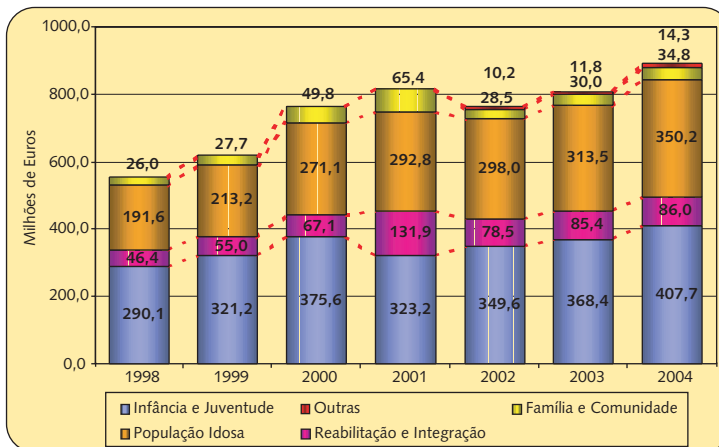


Fonte: IGFSS, Despesas com Acção Social

## Despesas de funcionamento por áreas de intervenção, evolução 1998-2004

A despesa com as diferentes áreas de intervenção, traduz o esforço orçamental ao longo dos anos, com o alargamento a um maior número de utentes, aumento do valor unitário da comparticipação da Segurança Social e criação de respostas sociais conforme determinam as necessidades de certos grupos da população em função das transformações demográficas e sociais que se vêm operando na sociedade portuguesa.

Evolução das despesas de funcionamento por áreas de intervenção  
Contínente 1998-2004



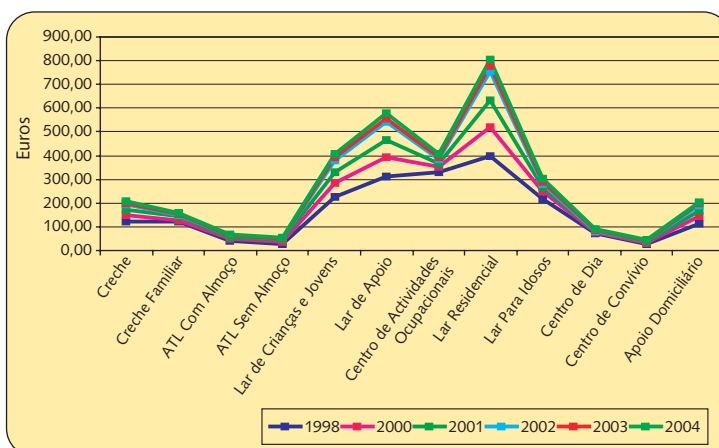
Fonte: IGFSS, Despesas com Acção Social

Da análise do gráfico, constata-se que a Infância e Juventude e a População Idosa são as áreas com maiores encargos financeiros ao longo destes anos.

## Comparticipação da Segurança Social através dos Acordos de Cooperação, evolução 1998-2004

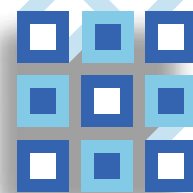
No período de referência a comparticipação da Segurança Social tem vindo a aumentar progressivamente em função do tipo de resposta social e da população a que é dirigida, tendo-se registado os maiores crescimentos no Lar de Crianças e Jovens, no Lar de Apoio para Crianças e Jovens com Deficiência, no Lar Residencial para a População Adulta com Deficiência e no Serviço de Apoio Domiciliário para a População Idosa.

Evolução da comparticipação da Segurança Social às instituições por resposta social e utente (1998-2004)



Fonte: Protocolos de Cooperação



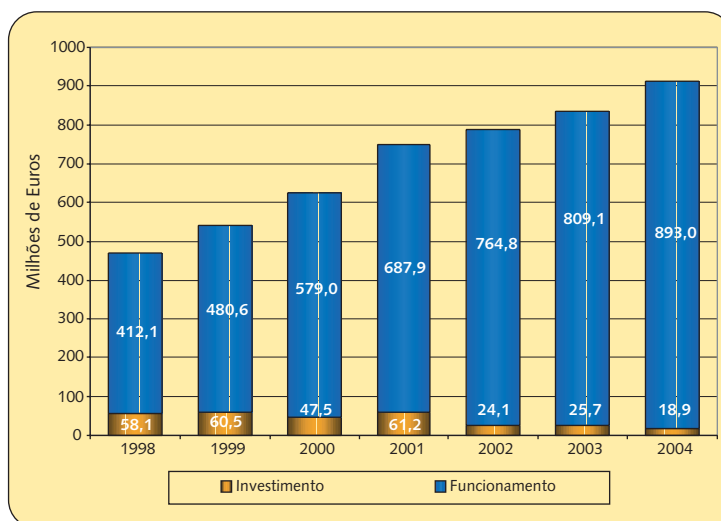


### 4.3 – Despesas com investimento e funcionamento da rede de Serviços e Equipamentos

Em síntese, pela análise do gráfico pode inferir-se que as despesas com a rede de Serviços e Equipamentos, nas componentes de investimento e de funcionamento, têm vindo a aumentar ao longo do período apresentado, registando-se de 1998 a 2004 um crescimento de 94%.

No financiamento com o funcionamento da rede apenas foram consideradas, tal como nos gráficos anteriores, as despesas com os acordos de cooperação, que representam apenas uma parte das despesas com o funcionamento desta rede.

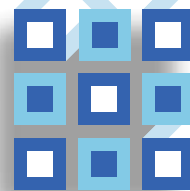
**Evolução do Financiamento para Investimento e Funcionamento em Serviços e Equipamentos Sociais Continente 1998-2004**



Fonte: DGEEP, Relatórios de Execução anual do PIDDAC IGFSS, Conta da Segurança Social







## **ANEXOS**

# NOMENCLATURAS E CONCEITOS

## Nomenclaturas e Conceitos

(Despacho de Aprovação do Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Trabalho e da Solidariedade, exarado em 06.11.2000)

### Serviços e Equipamentos para Crianças e Jovens Primeira e Segunda Infância

#### Ama

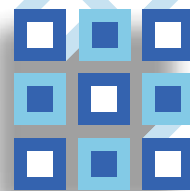
Pessoa que por conta própria e mediante retribuição, cuida de uma ou mais crianças que não sejam suas, parentes ou afins na linha recta ou no 2.º grau da linha colateral por um período de tempo correspondente ao trabalho ou impedimento dos pais.  
(Decreto-Lei n.º 158/84, de 17 de Maio)

#### Creche Familiar

É um conjunto de amas, não inferior a 12 nem superior a 20, que residem na mesma zona geográfica e que estejam enquadradas, técnica e financeiramente, pelos centros regionais de segurança social, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ou instituições particulares de solidariedade social com actividades no âmbito das 1.ª e 2.ª infâncias.  
(Decreto-Lei n.º 158/84, de 17 de Maio)

#### Creche

Resposta social de âmbito sócio-educativo que se destina a crianças até aos 3 anos de idade, após o período de licença dos pais, prevista na lei de protecção da maternidade/ /paternidade, durante o período diário correspondente ao trabalho dos pais, proporcionando às crianças condições adequadas ao desenvolvimento harmonioso e global e cooperando com as famílias em todo o seu processo educativo.



## Estabelecimento de Educação Pré-Escolar

É um serviço vocacionado para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe actividades educativas e actividades de apoio à família.

(Lei n.º 5/97, de 10 de Fevereiro – Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar)

## Actividades de Tempos Livres

### Centro de Actividades de Tempos Livres

Resposta que se destina a proporcionar actividades do âmbito da animação sócio-cultural a crianças, tendencialmente, a partir dos 6 anos e a jovens, nos períodos disponíveis das responsabilidades, escolares, de trabalho e outras.

Os centros de actividades de tempos livres podem revestir várias formas, de acordo com o modelo de intervenção, nomeadamente: para acompanhamento/inserção (animação de rua, actividades de porta aberta); para prática de actividades especializadas (desporto, bibliotecas, ludotecas, ateliers de expressão, cine-clubes, clubes de fotografia); para multiactividades (onde se enquadram os clássicos centros de ATL).

## Crianças e Jovens em Situação de Risco

### Lar de Crianças e Jovens

Resposta social que tem por finalidade o acolhimento de crianças/jovens, no sentido de lhes proporcionar estruturas de vida tão aproximadas quanto possível às das famílias, com vista ao seu desenvolvimento global, criando condições para a definição do projecto de vida de cada criança/jovem.

### Centro de Acolhimento Temporário – CAT<sup>2</sup>

Resposta social que tem por finalidade o acolhimento urgente e transitório de crianças e jovens em situação de risco, decorrente de abandono, maus tratos, negligência ou outros factores, criando condições para a definição do projecto de vida da cada criança/jovem, com vista ao seu adequado encaminhamento.

---

<sup>2</sup> Também pode ter a designação de Casa de Acolhimento Temporário.

### Unidade de Emergência

Resposta social integrada em estruturas de CAT e de Lar, constituída por vagas permanentemente disponíveis nestes equipamentos e que tem por finalidade o acolhimento urgente e transitório de crianças e jovens em situação de risco, para os quais não existe resposta imediata nos CAT.

### Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

Resposta social vocacionada para o estudo, prevenção e o apoio sócio-terapêutico a crianças e jovens em situação de risco social ou de perigo e às suas famílias. A intervenção é centrada na família, através de uma abordagem integrada dos recursos da comunidade e é desenvolvida por equipas multidisciplinares, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da população-alvo.

### Acolhimento Familiar

Resposta social que consiste em acolher, transitória e temporariamente, por famílias consideradas idóneas para a prestação desse serviço e tecnicamente enquadradas, crianças e jovens cuja família natural não esteja em condições de desempenhar a sua função sócio-educativa, criando condições para a definição do projecto de vida da cada criança/jovem. (Decreto-Lei n.º 190/92, de 3 de Setembro)

### Adopção

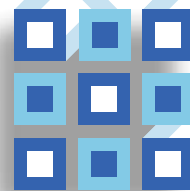
Resposta sócio-legal para crianças e jovens em situação de risco que, à semelhança da filiação natural mas independentemente dos laços de sangue, se constitui legalmente entre adoptante e adoptando. (Baseado no artigo 1586 do Código Civil)

## Serviços e Equipamentos de Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência

### Serviços e Equipamentos para Pessoas com Deficiência em Geral

#### Centro de Paralisia Cerebral

Estrutura polivalente especializada e de reabilitação para pessoas com deficiência neuromotora e/ou com problemas de desenvolvimento, que integra actividades no âmbito da prevenção, detecção, avaliação e intervenção através de programas integrados, terapêuticos e sócio-educativos, promovidos por equipas transdisciplinares, tendo em vista o desenvolvimento, a habilitação e a integração sócio-familiar.



### Apoio em Regime Ambulatório

Resposta inserida no âmbito do apoio a pessoas com deficiência neuro-motora e/ou com problemas de desenvolvimento, suas famílias e técnicos da comunidade, que integra actividades de avaliação, orientação e intervenção terapêutica e sócio-educativa, promovidas por equipas transdisciplinares e desenvolvidas, com regularidade variável, definida consoante as necessidades da criança/jovem/adulto/família, nos centros especializados ou nos locais de vida daqueles.

### Centro de Produção de Material

Serviço de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência, que se destina a conceber, produzir, adaptar e testar material lúdico, didáctico e cultural, utilizado como suporte das actividades de natureza sócio-educativa, cultural e recreativa.

### Imprensa Braille

Serviço de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência visual, que se destina a produzir, adaptar e editar livros em Braille, de suporte ao processo de ensino/aprendizagem, assim como às actividades de natureza cultural e recreativa.

### Transporte de Pessoas com Deficiência

Serviço de natureza colectiva de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência que tem por objectivo facilitar a sua mobilidade, assegurando transporte e acompanhamento personalizado, em ordem à prossecução dos objectivos gerais de reabilitação e integração da pessoa com deficiência.

## Serviços e Equipamentos para Crianças e Jovens com Deficiência

### Centro de Estudo e Apoio à Criança e à Família

Estrutura polivalente especializada no âmbito da prevenção da detecção, avaliação e intervenção interdisciplinar, para apoio a crianças e jovens dos 0 aos 24 anos com deficiência e problemas de desenvolvimento, protecção e apoio a crianças e jovens em situação de risco ou de perigo e apoio às respectivas famílias, nomeadamente, através das seguintes respostas sociais:

- Intervenção Precoce, Adopção, Consultas de Avaliação e Orientação, Programas Integrados de Promoção Social e de natureza Terapêutica dirigidas a crianças, a jovens e a famílias.

## Intervenção Precoce

Resposta destinada a crianças até aos 6 anos de idade que apresentem deficiência ou risco de atraso grave de desenvolvimento e que consiste numa medida de apoio integrado, centrado na criança e na família, mediante acções de natureza preventiva e habilitativa, designadamente do âmbito da educação, da saúde e da acção social, com vista a:

- assegurar condições facilitadoras do desenvolvimento da criança com deficiência ou em risco grave de desenvolvimento;
- potenciar a melhoria das interacções familiares;
- reforçar as competências familiares como suporte da sua possível capacitação e autonomia face à problemática da deficiência.

(Despacho Conjunto n.º 891/99, de 13 de Agosto).

## Centro de Apoio Sócio-Educativo<sup>3</sup>

Resposta que integra actividades diferenciadas de natureza sócio-educativa, de apoio à integração e de apoios complementares, destinada a crianças e jovens com necessidades educativas especiais que não encontram resposta nas escolas regulares e que exijam um atendimento educativo específico resultante de:

- dificuldades graves de comunicação no acesso ao currículo regular, designadamente nas áreas da motricidade, da linguagem, da visão e da audição;
- dificuldades graves de compreensão do currículo regular;
- problemas graves do foro emocional e comportamental.

## Lar de Apoio

Resposta social destinada a acolher crianças e jovens entre os 6 e os 16/18 anos de idade, com necessidades educativas especiais, que necessitem de frequentar estruturas de apoio específico situadas longe do local da sua residência habitual. Destinam-se, ainda, a apoiar situações que, por comprovadas necessidades familiares, precisem, temporariamente, de resposta substitutiva da família.

## Serviços e Equipamentos para População Adulta com Deficiência

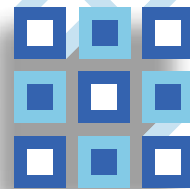
### Centro de Actividades Ocupacionais – CAO

Estrutura destinada a desenvolver actividades para jovens e adultos com deficiência grave e profunda, com o objectivo de:

- estimular e facilitar o desenvolvimento das suas capacidades;
- facilitar a sua integração social;

---

<sup>3</sup> A tutela destas actividades está em processo de passagem do MTS para o ME.



- facilitar o seu encaminhamento, sempre que possível, para programas adequados de integração sócio-profissional.

(Decreto-Lei n.º 18/89, de 11 de Janeiro e Despacho n.º 52/SESS/90, de 16 de Julho)

#### Centro de Reabilitação de Pessoas com Cegueira

Resposta social desenvolvida em equipamento que proporciona, às pessoas com cegueira recente, uma adaptação e ajustamento físico e psicológico à cegueira, bem como a sua integração familiar e social.

#### Lar Residencial

Resposta social desenvolvida em equipamento, destinada a alojar jovens e adultos com deficiência, de idade não inferior a 16 anos, que se encontrem impedidos, temporária ou definitivamente, de residir no seu meio familiar.

#### Serviço de Apoio Domiciliário

Resposta social que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as actividades da vida diária.

(Despacho Normativo n.º 62/99, de 12 de Novembro)

#### Acolhimento Familiar

Resposta social que consiste em integrar, temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idóneas e tecnicamente enquadradas, pessoas com deficiência a partir da idade adulta, quando se verifiquem as seguintes situações:

- inexistência ou insuficiência de respostas sociais eficazes que assegurem o apoio adequado à manutenção no seu domicílio da pessoa adulta com deficiência;
- ausência da respectiva família ou quando esta não reúna condições mínimas para assegurar o seu acompanhamento.

(Decreto-Lei n.º 391/91, de 10 de Outubro)

#### Centro de Atendimento/Acompanhamento e Animação para Pessoas com Deficiência

Resposta social organizada em espaço polivalente, destinada a informar, orientar e apoiar as pessoas com deficiência, promovendo o desenvolvimento das competências necessárias à resolução dos seus próprios problemas, bem como actividades de animação sócio-cultural.



## Serviços e Equipamentos para Idosos

### Centro de Convívio

Resposta social desenvolvida em equipamento, de apoio a actividades sócio-recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação activa dos idosos.

### Centro de Dia

Resposta social desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção dos idosos no seu meio sócio-familiar.

### Lar para Idosos

Estabelecimento em que sejam desenvolvidas actividades de apoio social a pessoas idosas através do alojamento colectivo, de utilização temporária ou permanente, fornecimento de alimentação, cuidados de saúde, higiene, conforto, fomentando o convívio e proporcionando a animação social e a ocupação dos tempos livres dos utentes.  
(Despacho Normativo n.º 12/98, de 05 de Março)

### Residência

Resposta social desenvolvida em equipamento, constituído por um conjunto de apartamentos com serviços de utilização comum, para idosos com autonomia total ou parcial.

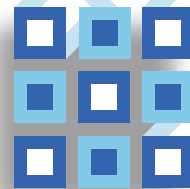
### Serviço de Apoio Domiciliário

Resposta social que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados, no domicílio, a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as actividades da vida diária.  
(Despacho Normativo n.º 62/99, de 12 de Novembro)

### Acolhimento Familiar

Resposta social que consiste em integrar temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idóneas e tecnicamente enquadradas, pessoas idosas, quando se verifiquem as seguintes situações:

- inexistência ou insuficiência de respostas sociais eficazes que assegurem o apoio adequado à manutenção no seu domicílio da pessoa idosa;



- ausência da respectiva família ou quando esta não reúna condições mínimas para assegurar o seu acompanhamento.

(Decreto-Lei n.º 391/91, de 10 de Outubro)

#### Centro de Acolhimento Temporário de Emergência para Idosos

Resposta social desenvolvida em equipamento, de preferência, a partir de uma estrutura já existente, que consiste no acolhimento temporário a idosos em situação de emergência social, perspectivando-se, mediante a especificidade de cada situação, o encaminhamento do idoso ou para a família ou para outra resposta social de carácter permanente.

#### Centro de Noite

Resposta social desenvolvida em equipamento, de preferência, a partir de uma estrutura já existente e integrada com outras respostas sociais (ex.: centro de dia, lar ou outra) dirigida a idosos com autonomia, que desenvolvem as suas actividades da vida diária no domicílio, mas que, durante a noite, por motivo de isolamento, necessitam de algum suporte de acompanhamento.

### Serviços e Equipamentos para Família e Comunidade

#### Atendimento/Acompanhamento Social

Resposta social que visa apoiar as pessoas e famílias em dificuldade, na prevenção e/ou resolução de problemas geradores ou gerados por situações de exclusão, assente numa relação de reciprocidade técnico/utente, tendo em vista a promoção de condições facilitadoras da sua inserção, através, nomeadamente, do apoio à elaboração e acompanhamento de um projecto de vida.

#### Centro de Alojamento Temporário

Resposta social desenvolvida em equipamento destinado a acolher, por um período de tempo limitado, pessoas em situação de carência, nomeadamente, população flutuante, famílias desalojadas e outros grupos em situação de emergência social e que deve funcionar, preferencialmente, em articulação com outras respostas de carácter integrador.

#### Comunidade de Inserção

Resposta social desenvolvida em equipamento e que compreende um conjunto de acções integradas com vista à inserção social de diversos grupos-alvo que, por determinados factores, se encontram em situação de marginalização (nomeadamente sem-abrigo, ex-reclusos, mães solteiras).

### Centro Comunitário

Estrutura polivalente onde se desenvolvem serviços e actividades que, de uma forma articulada, tendem a constituir um pólo de animação com vista à prevenção de problemas sociais e à definição de um projecto de desenvolvimento local, colectivamente assumido.

### Colónia de Férias

É uma resposta social destinada à satisfação de necessidades de lazer e de quebra da rotina, essencial ao equilíbrio físico, psicológico e social dos seus utilizadores. Dirige-se a todas as faixas etárias da população e à família na sua globalidade.

### Refeitório/Cantina Social

Resposta social desenvolvida em equipamento destinada ao fornecimento de refeições, em especial a indivíduos economicamente desfavorecidos, podendo integrar outras actividades, nomeadamente de higiene pessoal, tratamento de roupas e ainda outras desenvolvidas em ateliers.

### Casa de Abrigo

Resposta social constituída por unidades residenciais destinadas a proporcionar acolhimento temporário a mulheres vítimas de violência, acompanhadas ou não de filhos menores, que não possam, por questões de segurança, permanecer nas suas residências habituais.

### Ajuda Alimentar a Carenciados

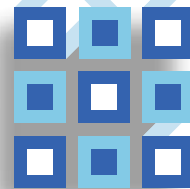
Resposta social que tem por finalidade contribuir para a resolução de situações de carência alimentar de pessoas e famílias desfavorecidas, promovendo a distribuição de géneros alimentícios, através de associações ou outras entidades sem fins lucrativos.

## Serviços e Equipamentos para Toxicodependentes

### Equipas de Intervenção Directa ou Equipas de Rua

Unidades de intervenção directa junto das populações toxicodependentes e suas famílias e, de uma forma geral, junto de comunidades afectadas pelo fenómeno da toxicodependência, com o objectivo de fomentar a integração dos toxicodependentes em processos de recuperação, tratamento e de reinserção social através do desenvolvimento de acções articuladas de sensibilização, orientação e encaminhamento.

(Decreto-Lei n.º 72/99, de 15 de Março)



### Apartamento de Reinserção Social

Unidades residenciais temporárias destinadas a apoio a toxicodependentes que se confrontam, designadamente, após a saída de unidades de tratamento ou após a saída de estabelecimentos prisionais, dos centros tutelares ou de outros estabelecimento da área da justiça, com problemas de reinserção, quer familiar, social, escolar ou profissional.  
(Decreto-Lei n.º 72/99, de 15 de Março)

## Serviços e Equipamentos para Pessoas Infectadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias

### Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial

Resposta que se destina a informar, orientar e apoiar social e psicologicamente indivíduos e famílias afectadas pelo VIH/SIDA com vista à prevenção e restabelecimento do seu equilíbrio funcional.

### Serviço de Apoio Domiciliário

Resposta social que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados, no domicílio, a pessoas infectadas pelo VIH/SIDA que, por motivo de doença, não possam assegurar, temporária ou permanentemente a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as actividades de vida diária.

### Residência

Resposta social a desenvolver em equipamento destinada a pessoas infectadas pelo VIH/SIDA, em ruptura familiar e desfavorecimento sócio-económico.

## Serviços e Equipamentos para Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico

### Fórum Sócio-Ocupacional

Equipamento destinado a pessoas com desvantagem, transitória ou permanente, de origem psíquica, visando a sua reinserção sócio-familiar e ou profissional ou a sua eventual integração em programas de formação ou de emprego protegido.  
(Despacho Conjunto n.º 407/98, de 15 de Maio)

### Unidade de Vida Apoiada – UVAP

Resposta habitacional, destinada a pessoas que, por limitação mental crónica e factores sociais graves, alcançaram um grau de desvantagem que não lhes permite organizar, sem

apoio, as actividades de vida diária, mas que não necessitam de intervenção médica frequente.

(Despacho Conjunto n.º 407/98, de 15 de Maio)

#### Unidade de Vida Protegida – UPRO

Estrutura habitacional, destinada sobretudo ao treino de autonomia de pessoas adultas com problemática psiquiátrica grave e de evolução crónica, clinicamente estável (nomeadamente psicoses).

(Despacho Conjunto n.º 407/98, de 15 de Maio)

#### Unidade de Vida Autónoma – UVAU

Estrutura habitacional destinada a pessoas adultas com problemática psiquiátrica grave estabilizada e de evolução crónica, com boa capacidade autonómica, permitindo a sua integração em programa de formação profissional ou de emprego normal ou protegido e sem alternativa residencial satisfatória.

(Despacho Conjunto n.º 407/98, de 15 de Maio)

### Serviços e Equipamentos para Pessoas em Situação de Dependência

#### Apoio Domiciliário Integrado – ADI

É um serviço que se concretiza através de um conjunto de acções e cuidados pluridisciplinares, flexíveis, abrangentes, acessíveis e articulados, de apoio social e de saúde, a prestar no domicílio. Perspectiva-se como uma resposta charneira e prioritária cujo planeamento e avaliação cabe a uma equipa de cuidados integrados.

(Despacho Conjunto n.º 407/98, de 15 de Maio)

#### Unidade de Apoio Integrado – UAI

É uma unidade com capacidade máxima de 30 utentes, que visa prestar cuidados temporários, globais e integrados a pessoas que, por motivo de dependência, não podem, de acordo com a avaliação da equipa de cuidados integrados, manter-se apoiados no seu domicílio, mas que não carecem de cuidados clínicos em internamento hospitalar.

(Despacho Conjunto n.º 407/98, de 15 de Maio)